



SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR **SINAES**

VOLUME 3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS
DE AUTOAVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INEP

Ministério da
Educação

- **Presidência da República Federativa do Brasil**
- **Ministério da Educação**
- **Secretaria Executiva**
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**
- **Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes)**

**SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
(SINAES)**

Volume 1

Análise dos Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
das Áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social
Enade – 2004 e 2007

Volume 2

Caracterização dos Cursos de Graduação das Ciências da Saúde, Ciências Agrárias
e Serviço Social: análise do Conceito Preliminar de Curso – CPC obtido em 2008

Volume 3

Análise dos Relatórios de Autoavaliação das Instituições de Educação Superior

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

V. 3

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO
DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

BRASÍLIA-DF
2011

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Diretoria de Avaliação da Educação Superior
Coordenação-Geral de Controle da Qualidade da Educação Superior

Equipe de organização e sistematização

Ana Paula de Siqueira Gaudio
Aniely Teles Vargas
Claudia Maffini Griboski
Iguatemy Maria de Lucena Martins
Rosilene Cerri

Colaboradores

Ana Maria Iorio Dias – UFC
Francineide Almeida Pereira Martins – UFPB
João Aristeu da Rosa – Unesp
Leila Chalub Martins – UnB
Licurgo Peixoto de Brito – UFPA
Marcia Abrahão Moura – UnB
Marion Creutzberg – PUCRS
Zelinda Maria Braga Hirano – Furb

Assessoria editorial

Jair Santana Moraes

Projeto gráfico e capa

Marcos Hartwich

Revisão

Aline Ferreira de Souza
Antonio Bezerra Filho
Josiane Cristina da Costa Silva
Roshni Mariana de Mateus
Rita Lemos Rocha

Normalização

Rita Lemos Rocha
Rosa dos Anjos

Diagramação

Márcia Terezinha dos Reis

Tiragem

2.500 exemplares

Editoria

INEP/MEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
SRTVS, Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep, Térreo – CEP 70340-909 – Brasília-DF – Brasil – Fones: (61) 2022-3070, 2022-3077
editoracao@inep.gov.br – <http://www.publicacoes.inep.gov.br> – publicacoes@inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)

- 159i Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil).
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) / Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2011.
3 v. + CD-ROM.

Conteúdo: v. 1. Análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos
Estudantes das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social – Enade 2004
e 2007. -- v. 2. Caracterização dos cursos de graduação de Ciências da Saúde, Ciências
Agrárias e Serviço Social: análise do Conceito Preliminar de Curso (CPC) obtido em 2008.
-- v. 3. Análise dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior.

ISBN 978-85-7863-012-6 (v.1) – ISBN 978-85-7863-013-3 (v.2) – ISBN 978-85-7863-
014-0 (v.3)

1. Avaliação da Educação Superior. 2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação
Superior. I. Título.

CDU 378.146

SUMÁRIO



LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS	9
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 METODOLOGIA	25
1.1 Definição da amostra	25
1.2 Análise dos relatórios.....	26
CAPÍTULO 2 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	29
2.1 Caracterização das IES.....	30
2.2 Análise dos relatórios segundo as dimensões do Sinaes.....	33
2.2.1 Dimensão 1	34
2.2.1.1 Indicadores da Dimensão 1.....	34

Metas e ações institucionais	34
Diretrizes institucionais	35
Estrutura e procedimentos institucionais	35
Utilização da avaliação para a gestão	36
2.2.1.2 Síntese da Dimensão 1	37
2.2.2 Dimensão 2	39
2.2.2.1 Indicadores da Dimensão 2	40
Políticas para a graduação	40
Políticas para a pós-graduação	41
Políticas de pesquisa	42
Políticas de extensão	43
Evidência de articulação ensino-pesquisa-extensão	43
2.2.2.2 Síntese da Dimensão 2	44
2.2.3 Análise dos relatórios – Dimensão 3	46
2.2.3.1 Indicadores da Dimensão 3	47
Inclusão social	47
Relação com a sociedade	48
Defesa do meio ambiente e patrimônio cultural	48
2.2.3.2 Síntese da Dimensão 3	49
2.2.4 Análise dos relatórios – Dimensão 4	51
2.2.4.1 Indicadores da Dimensão 4	51
Interação interna e externa	51
Ouvidoria	52
2.2.4.2 Síntese da Dimensão 4	52
2.2.5 Análise dos relatórios – Dimensão 5	54
2.2.5.1 Indicadores da Dimensão 5	55
Plano de carreira	55
Qualificação profissional	55
Condições institucionais	56
2.2.5.2 Síntese da Dimensão 5	56
2.2.6 Análise dos relatórios – Dimensão 6	58
2.2.6.1 Indicadores da Dimensão 6	59

Plano de gestão.....	59
Órgãos colegiados.....	60
Gestão estratégica.....	60
2.2.6.2 Síntese da Dimensão 6	61
2.2.7 Análise dos relatórios – Dimensão 7	63
2.2.7.1 Indicadores da Dimensão 7.....	64
Ampliação, manutenção e segurança de espaço físico.....	64
Aquisição, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos.....	64
Biblioteca	65
Laboratórios.....	65
Acessibilidade	66
2.2.7.2 Síntese da Dimensão 7	66
2.2.8 Análise dos relatórios – Dimensão 8	68
2.2.8.1 Indicadores da Dimensão 8.....	69
Procedimentos de avaliação e acompanhamento.....	69
2.2.8.2 Síntese da Dimensão 8	69
2.2.9 Análise dos relatórios – Dimensão 9	71
2.2.9.1 Indicadores da Dimensão 9.....	72
Acesso e perfil de estudantes	72
Permanência	72
Ocupação de vagas ociosas	73
Participação dos estudantes em atividades de ensino	73
Acompanhamentos de egressos.....	74
Acesso a dados, informações e registro acadêmico.....	74
2.2.9.2 Síntese da Dimensão 9	75
2.2.10 Análise dos relatórios – Dimensão 10	77
2.2.10.1 Indicadores da Dimensão 10.....	78
Política orçamentária	78
Aplicação de recursos financeiros em programas de ensino, pesquisa e extensão	78
Política salarial e de contratação de pessoal	79
Política de expansão das ações de ensino, pesquisa e extensão.....	80
2.2.10.2 Síntese da Dimensão 10	80

CAPÍTULO 3	ANÁLISE GERAL DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO	83
3.1	Histórico de implantação da CPA.....	85
3.2	Atendimento à legislação na composição da CPA	86
3.3	Sugestões de melhoria decorrentes da autoavaliação	88
3.4	Efetivação de mudanças a partir da autoavaliação	89
3.5	Evidências de replanejamento	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	SEMINÁRIOS DE COORDENADORES DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO.....	95
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1	Distribuição das IES cujos relatórios foram analisados, segundo a organização acadêmica.....	31
Tabela 2	Distribuição das IES cujos relatórios foram analisados, segundo a categoria administrativa	32
Tabela 3	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às metas e ações institucionais.....	35
Tabela 4	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às diretrizes institucionais	35
Tabela 5	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à estrutura e procedimentos institucionais.....	36
Tabela 6	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à utilização da avaliação para a gestão.....	36
Tabela 7	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 1 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	37
Tabela 8	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 1, agrupadas por organização acadêmica	38
Tabela 9	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 1, agrupadas por categoria administrativa	38

Tabela 10	Distribuição da Dimensão 1 por regiões, faixa e média do relatório de autoavaliação.....	39
Tabela 11	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às políticas para a graduação.....	41
Tabela 12	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às políticas para a pós-graduação.....	42
Tabela 13	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às políticas para a pesquisa	42
Tabela 14	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às políticas para a extensão	43
Tabela 15	Número (n) e percentual (%) de relatórios distribuídos quanto à articulação ensino-pesquisa-extensão.....	43
Tabela 16	Número (n) e percentual (%) de relatórios agrupados por faixas de categorização definidas no Quadro 2	44
Tabela 17	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 2, agrupadas por organização acadêmica	45
Tabela 18	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 2, agrupadas por categoria administrativa	45
Tabela 19	Distribuição da Dimensão 2 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação.....	46
Tabela 20	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à inclusão social.....	47
Tabela 21	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à relação com a sociedade	48
Tabela 22	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à defesa do meio ambiente e patrimônio cultural	48
Tabela 23	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 3 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	49
Tabela 24	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 3, agrupadas por organização acadêmica.....	49
Tabela 25	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 3, agrupadas por categoria administrativa	50
Tabela 26	Distribuição da Dimensão 3 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação.....	50
Tabela 27	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à interação interna e externa	51
Tabela 28	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à ouvidoria	52
Tabela 29	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 4 agrupados por faixas	52
Tabela 30	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 4, agrupadas por organização acadêmica.....	53

Tabela 31	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 4, agrupadas por categoria administrativa	53
Tabela 32	Distribuição da Dimensão 4 por regiões, faixa e média do relatório de autoavaliação.....	54
Tabela 33	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto ao plano de carreira	55
Tabela 34	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à qualificação profissional.....	55
Tabela 35	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto às condições institucionais	56
Tabela 36	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 5 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	56
Tabela 37	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 5, agrupadas por organização acadêmica	57
Tabela 38	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 5, agrupadas por categoria administrativa	57
Tabela 39	Distribuição da Dimensão 5 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação	58
Tabela 40	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto ao plano de gestão	60
Tabela 41	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto aos órgãos colegiados.....	60
Tabela 42	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à gestão estratégica.....	61
Tabela 43	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 6 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	62
Tabela 44	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias (x) e desvio padrão (σ) na Dimensão 6, agrupadas por organização acadêmica	62
Tabela 45	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas de desempenho na Dimensão 6, agrupadas por categoria administrativa.....	62
Tabela 46	Distribuição da Dimensão 6 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação.....	63
Tabela 47	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à ampliação, manutenção e segurança de espaço físico.....	64
Tabela 48	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à aquisição, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos	65
Tabela 49	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à biblioteca.....	65
Tabela 50	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto aos laboratórios.....	65
Tabela 51	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à acessibilidade	66
Tabela 52	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 7 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	66

Tabela 53	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias (x) e desvio padrão (σ) na Dimensão 7, agrupadas por organização acadêmica	67
Tabela 54	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas de desempenho na Dimensão 7, agrupadas por categoria administrativa	67
Tabela 55	Distribuição da Dimensão 7 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação	68
Tabela 56	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto aos procedimentos de avaliação e acompanhamento	69
Tabela 57	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 8 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	69
Tabela 58	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 8, agrupadas por organização acadêmica	70
Tabela 59	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 8, agrupadas por categoria administrativa	70
Tabela 60	Distribuição da Dimensão 8 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação	71
Tabela 61	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto ao acesso e perfil dos estudantes	72
Tabela 62	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à permanência	72
Tabela 63	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à ocupação de vagas ociosas	73
Tabela 64	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à participação em atividades	73
Tabela 65	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto ao acompanhamento de egressos	74
Tabela 66	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto ao acesso a dados, informações e registro acadêmico	74
Tabela 67	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 9 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	75
Tabela 68	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 9, agrupadas por organização acadêmica	76
Tabela 69	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 9, agrupadas por categoria administrativa	76
Tabela 70	Distribuição da Dimensão 9 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação	77
Tabela 71	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à política orçamentária	78
Tabela 72	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à aplicação de recursos em programas de ensino, pesquisa e extensão	79
Tabela 73	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à política salarial e de contratação de pessoal	79
Tabela 74	Número (n) e percentual (%) de relatórios por categoria quanto à política de expansão	80

Tabela 75	Número (n) e percentual (%) de relatórios da Dimensão 10 agrupados por faixas definidas no Quadro 2	80
Tabela 76	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 10, agrupadas por organização acadêmica	81
Tabela 77	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias na Dimensão 10, agrupadas por categoria administrativa	81
Tabela 78	Distribuição da Dimensão 10 por regiões e faixa do relatório de autoavaliação.....	82
Tabela 79	Distribuição dos relatórios de autoavaliação segundo a faixa de classificação.....	83
Tabela 80	Número (n) e percentual (%) de relatórios das IES por faixas e médias gerais, agrupadas por organização acadêmica	84
Tabela 81	Distribuição dos relatórios por faixa de classificação e categoria administrativa das IES.....	84
Tabela 82	Número (n) e percentual (%) de relatórios que mencionam o histórico da implantação da CPA	85
Tabela 83	Número (n) e percentual (%) de relatórios que mencionam o histórico da implantação da CPA, por organização acadêmica	85
Tabela 84	Número (n) e percentual (%) de relatórios que mencionam o histórico da implantação da CPA, por categoria administrativa.....	86
Tabela 85	Número (n) e percentual (%) de IES cujas composições de CPA atendem à legislação	86
Tabela 86	Número (n) e percentual (%) de IES cujas composições de CPA atendem à legislação, por organização acadêmica	87
Tabela 87	Número (n) e percentual (%) de IES cujas composições de CPA atendem à legislação, por categoria administrativa	87
Tabela 88	Número (n) e percentual (%) de IES que sugerem ações corretivas a partir da autoavaliação	88
Tabela 89	Número (n) e percentual (%) de IES que citaram ações decorrentes da autoavaliação, por organização acadêmica.....	88
Tabela 90	Número (n) e percentual (%) de IES que citaram mudanças a partir da autoavaliação, por categoria administrativa.....	89
Tabela 91	Número (n) e percentual (%) de IES que informaram ter efetivado ações corretivas a partir da autoavaliação.....	89
Tabela 92	Número (n) e percentual (%) de IES que efetivaram ações decorrentes da autoavaliação, por organização acadêmica.....	90
Tabela 93	Número (n) e percentual (%) de IES que efetivaram ações corretivas a partir da autoavaliação, por categoria administrativa.....	90
Tabela 94	Número (n) e percentual (%) de relatórios que indicam o uso dos resultados da avaliação institucional para o replanejamento	91
Tabela 95	Número (n) e percentual (%) de relatórios que indicam o uso dos resultados da avaliação institucional para replanejamento, por organização acadêmica	91
Tabela 96	Número (n) e percentual (%) de relatórios que indicam o uso dos resultados da avaliação institucional para replanejamento, por categoria administrativa	92

QUADROS

Quadro 1	Categorias de análise dos indicadores das 10 dimensões do Sinaes.....	27
Quadro 2	Faixas das dimensões e dos relatórios de autoavaliação.....	28

FIGURAS

Figura 1	Distribuição das IES brasileiras por região, n (%)	31
Figura 2	Distribuição regional das IES universo do estudo, conforme organização acadêmica	32
Figura 3	Distribuição regional das IES universo do estudo, conforme categoria administrativa	33

PREFÁCIO



Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) segue as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), cabendo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio de sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), a operacionalização de todo o processo avaliativo.

O Sinaes possui uma missão importante: avaliar a graduação valorizando aspectos que levem ou induzam à melhor qualidade da educação superior e da formação dos estudantes brasileiros. As avaliações realizadas no âmbito desse sistema têm por finalidade aferir a qualidade de Instituições de Ensino Superior (IES), de cursos de graduação e de desempenho de estudantes.

A avaliação das instituições é feita com a perspectiva de identificar o seu perfil e a qualidade da sua atuação, considerando suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. A avaliação dos cursos de graduação tem o objetivo de verificar as condições de ensino oferecidas, o perfil do corpo docente e a organização didático-pedagógica. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), tem a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências – esse exame também oferece elementos para a construção de indicadores de qualidade dos cursos que servem de

referência para os processos posteriores de avaliação *in loco*. O resultados dessas avaliações possibilitam traçar um panorama do ensino superior brasileiro.

Quando se trata da avaliação da educação superior, o objetivo a ser alcançado pelo Inep é a efetiva implementação do Sinaes, integrando instâncias e pessoas responsáveis pela definição e aplicação das suas diretrizes, aprimorando instrumentos e procedimentos de avaliação, divulgando os seus resultados e reafirmando o seu caráter diagnóstico e formativo, na perspectiva de agregar valor e dar densidade à dimensão quantitativa que cerca toda e qualquer avaliação.

Para isso, é preciso identificar convergência de objetivos e de procedimentos entre as partes envolvidas e evitar atitudes aversivas em relação à avaliação e aos resultados que ela possa produzir. Também é preciso flexibilidade do órgão avaliador para proceder aos ajustes necessários ao desenvolvimento e à eficácia do processo, preservando a qualidade e o alcance das metas definidas, sem que isso possa ser entendido como abandono de princípios e de diretrizes de natureza formativa.

Nesse sentido, e apesar das fragilidades presentes em qualquer avaliação, o conjunto das avaliações resultante da implementação do Sinaes, ao lado da criação e da utilização de referenciais de qualidade – a exemplo do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) que se apresenta de forma complementar e viabilizadora do próprio Sinaes e do Índice Geral de Cursos (IGC) –, materializa o cumprimento de uma importante etapa rumo à consolidação de uma cultura de avaliação na graduação.

Características e objetivos da avaliação

Os aspectos normativos, a dinâmica e a lógica processual que orientam a educação superior brasileira, no que se refere às avaliações de instituições e cursos de graduação, apontam a vinculação entre avaliação, regulação e supervisão,¹ o que significa dizer que os resultados do Sinaes, em seu conjunto ou em cada uma das dimensões que o integram, podem atender a finalidades diferenciadas, a depender das ações que serão implementadas a partir dos seus resultados. Entretanto, e independentemente do fim a que se destinam, as avaliações realizadas pelo Inep objetivam subsidiar o aprimoramento de instituições e cursos, além de levar informações à sociedade em geral.

Nesse sentido, a avaliação da graduação assume um papel significativo no fortalecimento da educação superior, permitindo à sociedade em geral, aos órgãos de gestão dessa modalidade de educação e

¹ De acordo com o Decreto nº 5.773/2006, a regulação se efetiva por meio de atos autorizativos administrativos do funcionamento de instituições de ensino superior e de cursos de graduação. Já a supervisão se realiza com o objetivo de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável. Essas ações são de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e se efetivam por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu), da Secretaria de Educação a Distância (Seed) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

às próprias instituições utilizá-la como instrumento diagnóstico importante para referenciar e definir políticas públicas relevantes para o desenvolvimento institucional e social.

Considerando os fins a que se propõe a avaliação de instituição, de curso e de estudante, os contextos em que ela se desenvolve e as diretrizes que a orientam, e partindo de uma compreensão global dos atos que regulam a entrada e a permanência das instituições e cursos no sistema federal de ensino superior,² pode-se dizer que as avaliações de IES e cursos que são realizadas pelo Inep só têm início após a análise pelas Secretarias do Ministério da Educação (MEC) das informações inseridas pela IES no sistema e-MEC, as quais, basicamente, estão consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

No contexto do Sinaes, a avaliação é referencial básico para os processos de regulação e supervisão, com reflexos objetivos na tomada de decisão sobre a entrada e a permanência de IES e de cursos no sistema federal de educação superior.

Assim, parece claro que essas avaliações devem ir além da constatação do atendimento ou do cumprimento de exigências para o funcionamento de IES ou de cursos e traduzir o desenvolvimento eficiente das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão definidas no PDI e também da autoavaliação realizada pela IES. Devem, ainda, registrar a presença dos indicadores que traduzem a consolidação do PPC e da qualidade da infraestrutura e do corpo docente dos cursos, identificando aspectos inovadores que vão além do projeto original, reforçam a identidade da IES e dos cursos, sinalizam atualização frente às inovações educacionais, tecnológicas e culturais e possibilitam o realinhamento permanente do planejamento institucional.

Em síntese, as peculiaridades da avaliação, da regulação e da supervisão traduzem a compreensão de que essas dimensões possuem naturezas distintas, competências, objetivos e procedimentos diferenciados e são autônomas nas suas formas de execução. Contudo, elas possuem aspectos convergentes e complementares que colaboram na efetividade das ações voltadas à qualificação da educação superior, ratificando a relevância social do Sinaes e cumprindo as normas que estabelecem essa complementaridade.

Referências para a qualidade da avaliação

Definir aspectos e parâmetros de avaliação para a graduação encerra um grande desafio diante da complexidade desse universo e da necessidade de apresentar resultados rápidos, para que o aprimoramento do processo não seja protelado em decorrência do longo tempo de resposta para os problemas identificados.

² O sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior (Decreto nº 5.773/2006).

Ao lado dos elementos estruturantes da avaliação, que dão materialidade ao Sinaes, destaca-se também a utilização de indicadores de qualidade que, mesmo de forma preliminar, traduzam uma situação identificada da IES e dos seus cursos. Igualmente, a existência de referenciais mínimos de qualidade para funcionamento de IES e cursos, assim como de bons instrumentos de avaliação, de um conjunto de avaliadores capacitados e de procedimentos objetivos, claros e reconhecidos por todos, é imprescindível para qualificar o processo avaliativo.

Importa também observar outros aspectos que cercam a avaliação propriamente dita, como o perfil do avaliador – em termos de conhecimento e conduta pessoal –, diagnósticos que possibilitem uma visão geral da instituição e dos seus cursos, bons instrumentos de avaliação e clareza em relação ao que se espera dos avaliados e dos avaliadores.

Porém, independentemente dos diferentes aspectos e dos contextos em que se realiza a avaliação, o processo avaliativo não pode prescindir de referenciais mínimos de qualidade. Não se pode perder de vista, portanto, que a avaliação da educação superior visa aferir qualidade e os seus resultados devem ser capazes de responder essa expectativa. Por essa razão, instrumentos, referenciais e critérios de avaliação são pensados e definidos para identificar o que se quer em termos de qualidade para a educação superior como um todo.

Em outras palavras, embora o perfil institucional e as diferenças regionais possam produzir situações específicas e exigir leituras mais ou menos alargadas sobre a situação da educação superior no País, a qualidade dos cursos de graduação, independentemente de onde eles sejam oferecidos, deve ser perseguida por todos, indistintamente. Afinal, as Diretrizes Curriculares Nacionais que balizam a formação dos estudantes nos diferentes cursos de graduação definem as mesmas expectativas de qualidade para o perfil profissional, as competências e as habilidades esperadas dos egressos de cursos superiores.

Avaliações do Sinaes: conceitos e índices de referência

No cumprimento do Sinaes, o foco da avaliação recai fundamentalmente nas instituições e nos cursos que já atingiram um estágio de consolidação do seu funcionamento, ou seja, avaliação institucional externa, que objetiva, entre outras aplicações, referendar a qualidade das instituições, principalmente das que estão na fase de credenciamento, e avaliação de curso, que verifica a qualidade daqueles que já se encontram na fase de renovar o reconhecimento.

A partir do ano de 2008, e observando o quantitativo de avaliações a serem realizadas para cumprimento do Sinaes, a Conaes e o Inep definiram um escalonamento entre as instituições e os cursos a serem avaliados, considerando o grupo de cursos participantes de cada uma das edições anuais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), conforme definido na Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007.

Com essa sistematização, constituiu-se um primeiro grupo formado pelos cursos das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social, todos já avaliados no Enade de 2004 e de 2007, e de suas respectivas instituições. Para esse grupo de cursos, foi definido o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), divulgado pelo Inep/MEC logo após os resultados do Enade.

O CPC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008, consubstancia os resultados do Enade e complementa o diagnóstico inicialmente traçado por meio do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), agregando outros componentes à avaliação, tais como variáveis de infraestrutura, corpo docente e respostas dos alunos – obtidas a partir do questionário do estudante – a itens como: infraestrutura e instalações físicas e recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo curso, além de titulação e regime de trabalho dos docentes, dados que são coletados no cadastro de cursos.

O CPC atribui conceitos que vão de um até cinco. Dessa forma, os cursos que obtiverem CPC três, quatro ou cinco têm a prerrogativa de dispensar a visita dos avaliadores, caso em que o conceito preliminar automaticamente passa a ser o *Conceito de Curso* (CC). Já os cursos que obtiverem CPC um e dois devem obrigatoriamente solicitar a visita *in loco*, para que recebam um conceito, que poderá ser igual, maior ou menor que o CPC.

O CC emite conceitos que vão de um a cinco. O conceito cinco indica que o curso é referência na sua área, o quatro demonstra um nível elevado de qualidade e o três indica que o curso atende às condições mínimas de funcionamento. Os conceitos um e dois mostram que o curso apresenta fragilidades e que não atende às condições mínimas de funcionamento.

Para efeito da avaliação institucional externa, tem-se como referencial o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). Criado pela Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008, o IGC é um indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas IES, considerados aqueles que possuem conceitos nas avaliações do Enade.

Na sua composição, o IGC contempla a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizada a média dos CPCs. Para a pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado é apresentado em valores contínuos, que vão de 0 a 500, e são transformados em faixas de 1 a 5. O IGC de cada instituição de ensino superior é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, sempre em momento imediatamente posterior à divulgação dos resultados do Enade e do CPC.

Na avaliação institucional externa, o IGC é utilizado como um referencial para o avaliador e não dispensa a avaliação *in loco*. Para essa avaliação, também é indispensável a elaboração do relatório de autoavaliação, o que deverá ser feito pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Assim como ocorre com os cursos de graduação, após as avaliações *in loco* é atribuído o *Conceito de Instituição* (CI) que traduz a avaliação de um conjunto de dez dimensões definidas pela Conaes.

Finalizado o processo de avaliação e definido o conceito de um curso e de uma instituição, compete ao Ministério da Educação, por meio de suas Secretarias, as decisões acerca dos procedimentos a serem implementados em consequência dos resultados das avaliações. Assim, o ciclo de avaliação começa e termina no Inep, mas as medidas de supervisão e de regulação são efetivadas pelas Secretarias do MEC.

Cabe ressaltar que, como em todas as ações complexas, dúvidas e inquietações, contradições, tensões, avanços e recuos também estão presentes no processo de avaliação da educação superior. Contudo, no atual estágio de implantação do Sinaes, é possível identificar argumentos, estratégias e convergências da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, no sentido de reconhecer o importante caminho já percorrido, além de reforçar a imperiosa necessidade de assegurar a consolidação da cultura de avaliação em todos os níveis da educação brasileira. É possível reconhecer, ainda, o importante papel do MEC na condução das ações de regulação e supervisão da educação superior, o que não apenas garante consequência aos processos avaliativos e reafirma o caráter sistêmico do Sinaes, mas também cumpre a sua responsabilidade social.

Dessa forma, essa coleção organizada com três volumes visa consolidar os primeiros resultados do Sinaes, trazendo uma análise dos elementos que o compõem, ou seja, o volume 1 traz uma análise do desempenho dos estudantes dos cursos avaliados pelo Enade em 2004 e em 2007, o volume 2 apresenta a caracterização dos cursos a partir do CPC e o volume 3 traz a análise dos relatórios de autoavaliação das Comissões Próprias de Avaliação com a descrição das IES a partir das dez dimensões do Sinaes, também avaliadas por ocasião das visitas *in loco*.

Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep/MEC

APRESENTAÇÃO



O presente documento – Análise dos Relatórios de Autoavaliação das Instituições de Educação Superior – apresenta o resultado do estudo realizado pelos membros da comissão instituída pela Portaria nº 202, de 10 de Setembro de 2009.

O estudo teve como fonte principal os relatórios de autoavaliação das IES integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (2004-2006) e que tiveram cursos avaliados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em 2004 e 2007 nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social. A análise dos relatórios foi pautada nas orientações gerais elaboradas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes)³ para o roteiro de autoavaliação das instituições

A introdução do documento contextualiza o Sinaes, apresenta as competências da Conaes e aborda as etapas propostas para a realização da autoavaliação institucional. Na seção 1 apresenta-se a metodologia, com a definição da amostra e esclarecimentos sobre a forma de realização da análise dos relatórios de autoavaliação. A seção 2 expõe a caracterização das IES e a análise dos relatórios de autoavaliação a partir das 10 dimensões estabelecidas pelo Sinaes. A seção 3 apresenta a análise geral dos relatórios

³ As orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições estão disponíveis no endereço: http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf

de autoavaliação, abordando o histórico de implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o atendimento à legislação na composição dessa comissão. Além disso, analisa se há sugestões de melhorias decorrentes da autoavaliação, se há evidências de replanejamento e de mudanças. Nas considerações finais foram apresentados alguns resultados gerais com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de autoavaliação. Está presente ainda no documento um relato sobre os seminários das CPAs, realizado entre 04 de novembro e 01 de dezembro de 2009, em várias capitais do País.

Este documento apresenta, portanto, uma síntese dos estudos e das ações realizadas por iniciativa da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) para o aperfeiçoamento da avaliação institucional no âmbito do Sinaes.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) está fundamentada em três dimensões avaliativas: instituição, cursos de graduação e desempenho acadêmico dos estudantes (Brasil, 2004). A avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) se efetiva por meio de procedimentos e de instrumentos diversificados, entre eles, a autoavaliação e a avaliação institucional externa.

A lei que criou o Sinaes também instituiu a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), a quem compete coordenar e supervisionar esse sistema. De acordo com essa comissão, a autoavaliação tem por objetivos produzir conhecimentos sobre a realidade das IES; compreender os significados do conjunto das atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social; identificar as potencialidades e as fragilidades; aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; e prestar contas à sociedade.

Para a realização da autoavaliação pelas IES e para a elaboração do respectivo relatório, a Conaes definiu inicialmente diretrizes de caráter orientador, com destaque para aspectos que deveriam ser considerados pela comunidade acadêmica em geral e pelos gestores do processo, tais como: compromisso por parte dos dirigentes da IES; existência de uma equipe de coordenação para realizar este trabalho, identificada como

Comissão Própria de Avaliação (CPA); participação da comunidade acadêmica e da comunidade externa; sistematização de informações válidas e confiáveis; e o uso efetivo dos resultados do processo avaliativo.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação deveria observar três etapas, sendo a primeira de preparação, que incluiria a constituição de CPA, a sensibilização e a elaboração do projeto de avaliação; a segunda, denominada desenvolvimento, contemplaria as ações, o levantamento de dados e informações, a análise das informações e a elaboração de relatórios parciais; e a última etapa, identificada como etapa de consolidação, reuniria o relatório final, divulgação, balanço crítico: meta-avaliação.

Para complementar e dar corpo às orientações emanadas da Conaes, a Portaria nº 2.051/2004, ao detalhar aspectos definidos na Lei nº 10.861, de 14/04/2004, estabelece que as CPAs devem ser constituídas no âmbito de cada IES e têm por atribuição a coordenação dos processos internos da avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Assim, a autoavaliação institucional é coordenada pela CPA e ocorre antes da avaliação externa, sendo pré-requisito para avaliação *in loco*.

Considerando as ações que compõem o processo avaliativo no âmbito do Sinaes e a importância de sistematizar informações que possam contribuir no esclarecimento e no aprimoramento desse sistema, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes)/Inep, por meio da Coordenação-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), constituiu comissão de especialistas para analisar os relatórios de autoavaliação das IES.

A ideia geradora do estudo aqui apresentado foi, fundamentalmente, a de contribuir para sistematizar informações sobre o assunto e apresentar um panorama que, mesmo ainda parcial, pudesse contribuir para consolidar a cultura de avaliação no âmbito da graduação, fazer convergir procedimentos avaliativos capazes de refletir a realidade das IES brasileiras e, ainda, servir de referencial para as CPAs que estão implementando os seus processos de avaliação interna ou de dispositivo de aprimoramento, por meio do compartilhamento de experiências, para aquelas instituições que já avançaram nas suas ações de avaliação.

Deste modo, os resultados obtidos não almejam caracterizar ou revelar um “modelo” a ser seguido indistintamente pelas IES nos seus processos de autoavaliação e muito menos estabelecer parâmetros de comparação entre as instituições. Antes, espera-se que as leituras sejam feitas e as questões sejam recolocadas a partir do olhar de cada uma delas, gerando possibilidades de diálogo entre a CPA, a comunidade universitária e os dirigentes e favorecendo o aperfeiçoamento dos processos internos de gestão acadêmica.

Os dados reunidos pelo estudo traduzem as informações consubstanciadas nos 172 relatórios elaborados pelas CPAs, representando uma amostra do conjunto de 375 IES que passaram por avaliação institucional externa realizada pelo Inep nos anos de 2008 e 2009.

Os resultados apresentados demonstram a análise levada a efeito pela comissão a partir da sistematização dessas informações, tendo por base uma matriz de referência construída para essa finalidade e cuja estrutura recupera as dimensões avaliativas definidas pela Conaes e utilizadas pelas IES quando da elaboração dos seus respectivos relatórios de autoavaliação.

METODOLOGIA

Definição da amostra

No presente estudo, foram incluídos os relatórios de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (2004-2006) e que tiveram cursos avaliados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em 2004 e 2007 nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social. O total de IES avaliadas, até o momento do início do estudo, em maio de 2009, foi de 172, constituindo o universo de análise da comissão.

De acordo com a legislação e as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), as IES deveriam ter anexado ao e-MEC,⁴ desde 2008, três relatórios referentes aos períodos 2004-2006, 2006-2008 e 2008. Para a finalidade desse estudo, foi incluído na amostra o último relatório das IES avaliadas por meio da avaliação institucional externa. Destaca-se, no entanto, que os relatórios analisados não foram elaborados, uniformemente, num único período. Os mais antigos se referem

⁴ O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as IES fazem o credenciamento e o credenciamento e buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

ao período de 2002-2005 e os mais recentes são do ano de 2008. Isso se deve ao fato de que algumas IES anexaram seu primeiro relatório a partir de 2004, ainda no antigo Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (Sapiens), e o incluíram posteriormente no e-MEC, seguido de outros relatórios. Outras instituições, no entanto, anexaram seu primeiro relatório, fruto de processos de autoavaliação, em 2007 ou 2008.

Essa forma de acesso aos relatórios garantiu a composição da amostra e possibilitou a análise dos relatórios de autoavaliação, na perspectiva do objetivo proposto.

Análise dos relatórios

Os relatórios incluídos na amostra foram analisados por meio de leitura exploratória para a análise qualitativa, identificando-se a avaliação realizada acerca das dimensões e os respectivos indicadores, de acordo com as orientações da Conaes para a autoavaliação institucional. Seguiu-se, como orientação de análise qualitativa de dados, o método de análise de conteúdo, utilizada por diversos pesquisadores, mas que tem em Bardin (1977) a fundamentação de seus pressupostos teóricos.

Assim, as dimensões e os indicadores previstos no roteiro de autoavaliação da Conaes equivaleram-se, na análise qualitativa, às categorias e às subcategorias, respectivamente. À medida que se realizou a leitura exploratória, as unidades de significado extraídas do texto dos relatórios foram sendo incluídas nos indicadores (subcategorias).

Após a análise qualitativa, a partir da qual se obteve a distribuição das unidades de significado nos diferentes indicadores, identificou-se a necessidade de, por meio de uma análise quantitativa, obter um panorama geral do conteúdo dos relatórios de autoavaliação. Seria importante, para uma visão geral dos relatórios, saber quantos atendem às 10 dimensões ou quantos, em cada dimensão, avaliaram cada um dos indicadores previstos nas orientações da Conaes.

Além de identificar os indicadores avaliados, entendeu-se que seria oportuno uma melhor compreensão de como o processo de autoavaliação é realizado nas IES a partir do que foi descrito no relatório. Para tanto, atribuiu-se um valor a cada indicador, transformando os dados qualitativos em valores numéricos (Quadro 1). Os valores, chamados de categorias de análise, foram definidos de 1 a 4 ou de 1 a 5 e, em ordem crescente, representaram de maior a menor atendimento às orientações da Conaes.

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS INDICADORES DAS 10 DIMENSÕES DO SINAES

Dimensão	Valor atribuído à categoria	Descrição da categoria atribuído a cada indicador
Dimensões 1,4,5,6,7,8,9,e 10	1	descreve e/ou avalia (com a comunidade) e analisa
	2	não descreve, apenas analisa
	3	apenas descreve
	4	sem informação
Dimensões 2 e 3	1	descreve e/ou avalia (com a comunidade) e analisa
	2	não descreve, mas analisa a política
	3	apenas descreve a política
	4	apenas apresenta lista de cursos ou atividades
	5	sem informação

A partir da atribuição de valores para os indicadores, foi possível fazer a média aritmética em cada um deles e, em seguida, em cada dimensão. Foi, ainda, definida uma nova categorização, com base nos intervalos das médias, que foi denominada de faixa (de 1 a 4), conforme descrito no Quadro 2. Tal procedimento permitiu, na sequência, realizar uma análise comparativa do conjunto dos relatórios, pela comparação das médias por dimensões e dos relatórios como um todo.

Os valores atribuídos aos indicadores foram organizados em um banco de dados em planilhas *Excel* e, para a análise, foram exportados para um banco de dados no *software* estatístico SPSS versão 11.5. A análise dos dados deu-se por estatística descritiva, com cálculo da frequência absoluta, relativa e média, e por análise inferencial com intervalo de confiança de 95%, utilizando o teste estatístico t de Student e a Análise de Variância de um fator (Anova), que permitiram comparar resultados (médias) entre IES de diferentes organizações acadêmicas e categorias administrativas, bem como por região geográfica. Foi considerado estatisticamente significativo o *p-value* inferior a 0,05.

QUADRO 2 – FAIXAS DAS DIMENSÕES E DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixa	Intervalo da faixa	Descrição do intervalo da faixa para a dimensão e o relatório
1	1-1,99	Dimensão: apresenta, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, as potencialidades, fragilidades, sugestões de encaminhamentos, compara com a avaliação anterior e demonstra avanços. Relatório: completo, nas 10 dimensões, apresenta na maior parte ou na totalidade das dimensões as potencialidades, fragilidades, sugestões de encaminhamentos, compara com a avaliação anterior e demonstra avanços.
2	2-2,99	Dimensão: analisa a totalidade ou a maior parte dos indicadores, sem informações fundamentadas em avaliação realizada junto à comunidade acadêmica. Relatório: analisa a totalidade ou a maior parte das dimensões, sem informações fundamentadas em avaliação realizada junto à comunidade acadêmica. A totalidade ou a maior parte do relatório é descrição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) ou de outro grupo, como se fosse algo fora da IES, sem articulação com a gestão da instituição.
Faixa	Intervalo da faixa	Descrição do intervalo da faixa para a dimensão e o relatório
3	3-3,99	Dimensão: apresenta, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, apenas gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação. Relatório: apresenta, na totalidade ou na maior parte das dimensões, apenas gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação
4	4-5	Dimensão: apresenta, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, apenas os instrumentos de coleta de dados e/ou não inclui quaisquer informações acerca do indicador. Relatório: apresenta, na totalidade ou na maior parte das dimensões, apenas os instrumentos de coleta de dados e/ou não inclui quaisquer informações acerca da dimensão.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS



Nesta seção será apresentada a caracterização das IES, com seus relatórios de autoavaliação analisados a partir das 10 dimensões do Sinaes:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): coerência entre as metas e ações institucionais previstas e a estrutura e procedimentos administrativos; e a articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas).
2. A política para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e para as bolsas de pesquisa, monitoria e demais modalidades: coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais; políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos) e cursos sequenciais; políticas institucionais para cursos de pós-graduação (imprescindíveis para universidades); políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica; políticas institucionais de extensão e respectivas formas de operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural: coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais;

relações da IES com a sociedade, setor público e privado e mercado de trabalho; relações da IES com a sociedade (inclusão social e a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural).

4. A comunicação com a sociedade: coerência entre as ações de comunicação com a sociedade e as políticas constantes dos documentos oficiais, comunicação interna e externa, e ouvidoria.
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho: coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais; formação do corpo docente e condições institucionais para os docentes e para o corpo técnico-administrativo.
6. A organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios: coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais; gestão institucional; funcionamento, representação e autonomia dos conselhos superiores e dos colegiados de curso.
7. A infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação: coerência da infraestrutura física com o estabelecido em documentos oficiais; instalações gerais; e biblioteca (acervo, serviços e espaço físico).
8. O planejamento e avaliação, especialmente em relação a processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional: coerência do planejamento e da avaliação, especialmente quanto a processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, com o estabelecido em documentos oficiais; autoavaliação institucional; e planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.
9. As políticas de atendimento aos discentes: coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais; programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos referentes à realização de eventos; condições institucionais de atendimento ao estudante; e acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.
10. A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior: coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais; sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos; e políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

2.1 Caracterização das IES

Dos 172 relatórios, 30 (17,4%) referem-se a IES da Região Sul, 81 (47,1%) da Região Sudeste, 16 (9,3%) da Região Centro-Oeste, 35 (20,3%) da Região Nordeste e 10 (5,8%) da Região Norte (Figura 1).

A distribuição dos relatórios é semelhante à distribuição do total das 2.252 IES no Brasil, conforme o Censo da Educação Superior/2008 (Inep, 2009): Região Sul (370; 16,4%), Sudeste (1.069; 47,5%), Centro-Oeste (242; 10,7%), Nordeste (432; 19,2%) e Norte (139; 6,2%).

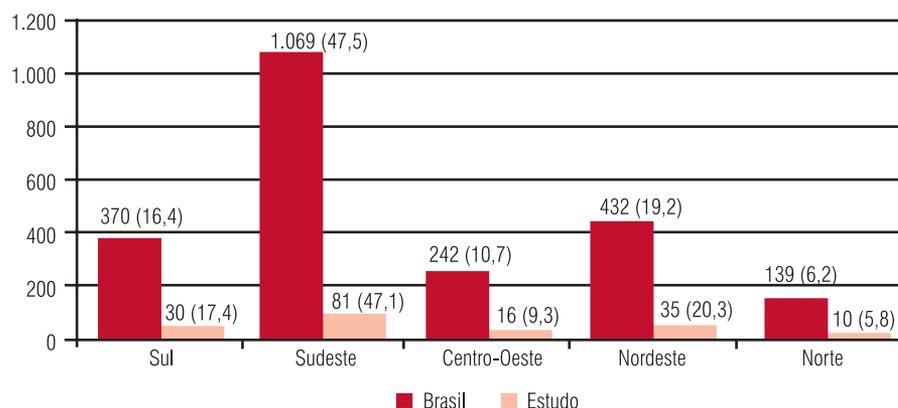


FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS IES BRASILEIRAS POR REGIÃO, N (%)

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep 2008.

No que se refere à organização acadêmica, 57 (33,1%) das IES pesquisadas são universidades, 41 (23,8%) são centros universitários e 74 (43%) são faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos ou escolas superiores (Tabela 1), distribuídos regionalmente conforme a Figura 2.

A distribuição das IES no estudo difere daquela observada na caracterização das IES brasileiras, em que, segundo o Censo 2008, 8,12% são universidades, 5,5% são centros universitários e 86,36% são faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos ou escolas superiores (doravante denominadas por faculdades). Essa diferença, com percentual elevado de universidades e centros universitários, possibilita levantar a hipótese de que tal distribuição se refere ao fato de os cursos avaliados no primeiro ciclo serem, em sua maioria, da área de Ciências da Saúde, e que esses, por suas características, suas necessidades de estrutura específica e seu alto custo, geralmente são oferecidos em universidades e centros universitários. Outra inferência que se pode fazer a partir da distribuição dessa amostra é que o processo de avaliação institucional está mais consolidado nas universidades do que nos centros universitários e faculdades.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS IES CUJOS RELATÓRIOS FORAM ANALISADOS, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica	nº	%
Universidade	57	33,1
Centro universitário	41	23,8
Faculdade*	74	43,0
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

*A denominação faculdade inclui o conjunto de IES pertencentes à organização acadêmica de faculdades isoladas, faculdades integradas, institutos e escolas superiores.

Quando analisada a distribuição regional, por organização acadêmica das IES, observa-se que há diferenças regionais. Destaca-se o número de centros universitários no Sudeste e de faculdades no Nordeste incluídos nesse estudo (Figura 2). O elevado número de centros universitários reflete o crescimento de IES desse tipo de organização acadêmica, que não possui as mesmas exigências de uma universidade, mas tem a garantia de autonomia universitária, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996).

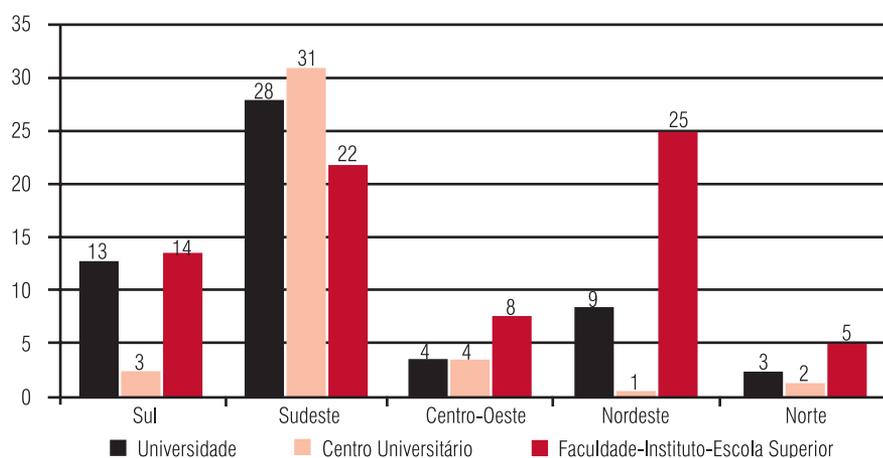


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES UNIVERSAIS DO ESTUDO, CONFORME ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Fonte: Inep, 2009.

Quanto à categoria administrativa, entre as IES cujos relatórios foram avaliados, 18 (10,5%) são públicas e 154 (89,5%) são privadas (Tabela 2). Ressalta-se que, para a finalidade desse estudo, não houve diferenciação entre instituições públicas federais, estaduais ou municipais nem a diferenciação entre privadas com ou sem fins lucrativos. A distribuição das IES segundo a categoria administrativa é muito semelhante à distribuição da totalidade das IES no País, entre as quais 10,48% são públicas e 89,52% são privadas.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS IES CUJOS RELATÓRIOS FORAM ANALISADOS, SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa	nº	%
IES pública	18	10,5
IES privada	154	89,5
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Quanto à distribuição regional das IES, segundo a categoria administrativa, observa-se que o percentual de IES privadas é superior em todas as regiões brasileiras (Figura 3).

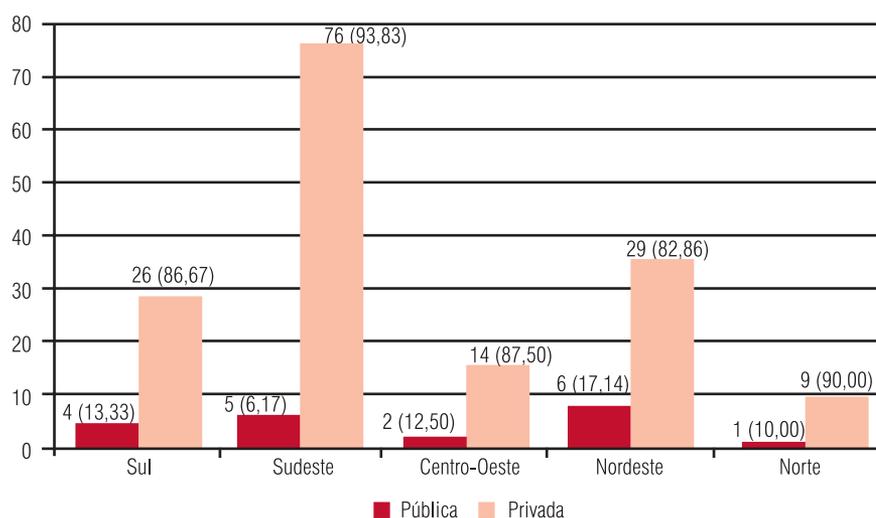


FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES UNIVERSO DO ESTUDO, CONFORME CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Fonte: Inep, 2009.

2.2 Análise dos relatórios segundo as dimensões do Sinaes

A autoavaliação das 10 dimensões do Sinaes tem sua origem na trajetória da construção da política de avaliação do ensino superior e mantém coerência com a elaboração do PDI e os critérios de avaliação previstos nos instrumentos de avaliação externa.

Este relatório deve fazer um amplo balanço crítico de todos os aspectos avaliados, consolidar objetivamente as informações relevantes, organizar todos os dados significativos e emitir os juízos de valor, resultantes das análises e debates realizados pela comunidade sobre suas atividades, situações, condições de processos e produtos, enfim, sobre todos os aspectos avaliados. (Sinaes, 2004, p. 125).

As orientações gerais para a autoavaliação estabelecidas pela Conaes (2004) apresentam uma estrutura de relatório que contempla três núcleos: a) Núcleo Básico Comum – com tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna de todas as IES; b) Núcleo de Temas Optativos – com tópicos que podem ou não ser selecionados pelas IES para a autoavaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional; e c) Núcleo de Documentação, Dados e Indicadores – com informações que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e as interpretações.

A análise dos relatórios de autoavaliação teve como eixo norteador o Núcleo Básico Comum, considerado essencial para todas as IES.

A seguir, são apresentados e discutidos os resultados da análise dos relatórios por dimensões e, em cada uma delas, os dados referentes à categorização dos indicadores e a avaliação geral da dimensão por faixas, organização acadêmica, categoria administrativa e regiões.

Note-se que o trabalho realizado se refere à análise da condução do processo avaliativo expresso no relatório de autoavaliação. Essa ressalva é importante a fim de esclarecer que não foram comparados as universidades, os centros universitários e as faculdades ou as IES públicas e privadas entre si. O pressuposto é que as orientações para a autoavaliação são as mesmas para todas as instituições, independentemente de sua organização acadêmica, categoria administrativa ou região; portanto, o seu resultado, no que se refere à elaboração do relatório, é comparável.

2.2.1 Dimensão 1

A avaliação da Dimensão 1 se refere às metas, aos objetivos e aos compromissos da instituição, expressos em suas diretrizes e concretizados pelas práticas pedagógicas e administrativas. Entende-se que nesta dimensão a IES avalie a articulação entre o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e as práticas institucionais deles decorrentes, no que diz respeito às suas diretrizes gerais.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais; concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida; articulação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. (Conaes, 2004, p. 14-15).

2.2.1.1 Indicadores da Dimensão 1

Metas e ações institucionais

A Tabela 3 apresenta a quantificação por categoria referente às metas e ações institucionais. Verifica-se que 27,9% dos relatórios de autoavaliação apresentam uma descrição que identifica o alcance ou não das finalidades e dos objetivos da instituição, por meio de resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades. Dos relatórios restantes, 18% não descrevem claramente as metas e ações da instituição, mas fazem uma análise crítica, 34,9% apenas as descrevem e 19,2% não trazem nenhuma informação sobre essa característica institucional.

TABELA 3 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS METAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	48	27,9
Não descreve, mas analisa (2)	31	18,0
Apenas descreve (3)	60	34,9
Sem informação (4)	33	19,2
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009

Diretrizes institucionais

As diretrizes institucionais estão avaliadas de forma completa em 18,6% dos relatórios, e 42,4% não apresentam informações (Tabela 4). Infere-se que essas diretrizes, embora possam estar descritas no PDI, devam ser mais conhecidas e consideradas pela comunidade acadêmica que ainda não as inclui no relato de seu processo de autoavaliação. Dos relatórios analisados, 57,6% demonstram conhecimento das diretrizes institucionais, uma vez que, além dos 18,6% daqueles que apresentam uma análise completa, 12,8% fazem alguma análise e 26,2% as descrevem.

TABELA 4 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	32	18,6
Não descreve, mas analisa (2)	22	12,8
Apenas descreve (3)	45	26,2
Sem informação (4)	73	42,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Estrutura e procedimentos institucionais

Os aspectos relacionados à estrutura e procedimentos que garantem a articulação entre o PDI e o PPI, no que diz respeito às atividades institucionais, podem ser bem evidenciados em 15,1% dos relatórios apresentados e não são referidos em 47,1%. O alto índice de ausência de informações sobre esse item,

somado aos 24,4% que apenas apresentam descrição, sinaliza que, embora 28,5% tenham apresentado essa análise, deve ser ampliada a avaliação da estrutura e dos procedimentos institucionais em 71,5% dos relatórios (Tabela 5).

TABELA 5 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À ESTRUTURA E PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	26	15,1
Não descreve, mas analisa (2)	23	13,4
Apenas descreve (3)	42	24,4
Sem informação (4)	81	47,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Utilização da avaliação para a gestão

Não há sentido a realização de processos avaliativos, se estes não se tornam ferramentas de gestão, subsidiando a reflexão constante acerca do PDI e PPI, e se não houver mecanismos para sua modificação e revisão. O envolvimento efetivo de dirigentes, docentes, técnicos administrativos e órgãos colegiados nessas atividades é essencial para que haja apropriação desses propósitos no cotidiano da IES. Esses mecanismos são avaliados e apresentados em 23,3% dos relatórios de autoavaliação. Os demais resultados da Tabela 6 evidenciam que a autoavaliação desse indicador requer um processo de fortalecimento desses aspectos com a apresentação das ações, que com certeza são desenvolvidas em decorrência dos processos avaliativos, entretanto, não estão sendo descritas e analisadas nos relatórios.

TABELA 6 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À UTILIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PARA A GESTÃO

Categoria (valor)	n	%
Descreve, avalia e analisa (1)	40	23,3
Não descreve, mas analisa (2)	25	14,5
Apenas descreve (3)	54	31,4
Sem informação (4)	53	30,8
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

A análise do conjunto dos indicadores desta dimensão, no que se refere às metas e ações, às diretrizes, à estrutura e procedimentos institucionais, demonstrou que há, progressivamente, diminuição dos relatórios completos (de 27,9% para 15,1%) e aumento percentual daqueles que não apresentam informações (de 19,2% para 47,1%). Essa situação pode ser reflexo de uma maior concretude de metas e ações em detrimento dos demais indicadores.

Inferre-se que a ausência de informações ou somente a transcrição do PDI nesses indicadores, assim como no que se refere à utilização da avaliação pela gestão, identificadas na maior parte dos relatórios podem indicar a necessidade de mudanças de atitude com relação à: maior participação na elaboração do PDI e, conseqüentemente, maior conhecimento de seu conteúdo; facilidade de acesso a dados institucionais; e instituição de novos procedimentos avaliativos com a comunidade nesta dimensão.

2.2.1.2 Síntese da Dimensão 1

Os resultados descritos na Tabela 7 indicam que 18% dos relatórios apresentam, na totalidade ou na maior parte dos indicadores da Dimensão 1, as potencialidades, fragilidades e sugestões de encaminhamentos, os comparativos com avaliações anteriores e os avanços obtidos. Portanto, de modo geral, os aspectos referentes à análise de procedimentos, metas e diretrizes e às articulações com os respectivos PDI e PPI devem ser objeto de maior discussão nos próximos relatórios.

TABELA 7 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 1 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa da dimensão	nº	%
1	31	18,0
2	45	26,2
3	76	44,2
4	20	11,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Observou-se diferença significativa nos relatórios das IES de organização acadêmica diversa ($p = 0,002$). As universidades avaliaram a Dimensão 1 em seus relatórios institucionais de forma mais completa do que os centros universitários e as faculdades. Chama a atenção que a organização acadêmica, em princípio, não deveria influenciar na avaliação desta dimensão nos relatórios, já que a articulação entre

as diretrizes institucionais e os procedimentos delas decorrentes deve ser observada igualmente em todas as IES, independentemente da organização acadêmica. Essa diferença pode estar relacionada ao fato de que, em geral, as universidades cujos relatórios integram a amostra são IES mais antigas e, possivelmente, suas metas, diretrizes e procedimentos são de maior conhecimento da comunidade acadêmica. Da mesma forma, a maior parte delas indica, em seus relatórios, que a sua história de avaliação é anterior ao Sinaes.

TABELA 8 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 1, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 1 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	16	21	15	5	2,16
	%	28,1%	36,8%	26,3%	8,8%	
Centro universitário	n	10	7	19	5	2,46
	%	24,4%	17,1%	46,3%	12,2%	
Faculdade	n	5	17	42	10	2,77
	%	6,8%	23,0%	56,8%	13,5%	
Total	n	31	45	76	20	2,49
	%	18,0%	26,2%	44,2%	11,6%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,001$

Não foi observada diferença significativa entre as IES de categorias administrativas diversas quanto à faixa na Dimensão 1 (Tabela 9).

TABELA 9 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 1, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 1 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	5	2	9	2	2,44
	%	27,8%	11,1%	50,0%	11,1%	
IES privada	n	26	43	67	18	2,50
	%	16,9%	27,9%	43,5%	11,7%	
Total	n	31	45	76	20	2,49
	%	18,0%	26,2%	44,2%	11,6%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,809$

A análise da distribuição dos relatórios por faixa (Tabela 10), em cada região, demonstra diferenças estatisticamente significativas nas médias ($p = 0,000$). Na Região Norte, 50% dos relatórios foram considerados completos, 21% na Sudeste, 18,8% na Centro-Oeste, 10% na Sul e 8,6% na Nordeste.

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 1 POR REGIÕES, FAIXA E MÉDIA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	3	17	3	3	5	31
	10,0%	21,0%	18,8%	8,6%	50,0%	18,0%
2	8	27	6	1	3	45
	26,7%	33,3%	37,5%	2,9%	30,0%	26,2%
3	9	32	4	29	2	76
	30,0%	39,5%	25,0%	82,9%	20,0%	44,2%
4	10	5	3	2	0	20
	33,3%	6,2%	18,8%	5,7%	0,0%	11,6%
Média*	2,87	2,31	2,44	2,86	1,70	2,49

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,000$

2.2.2 Dimensão 2

Esta dimensão de avaliação busca identificar mecanismos institucionais para o fortalecimento do ensino (graduação e pós-graduação), da pesquisa, da extensão e da integração dessas atividades. Assim sendo, a análise dos relatórios de autoavaliação das IES é apresentada focando cada um desses aspectos isoladamente e, em seguida, comparando o desempenho das IES nesses aspectos com outras características, como organização acadêmica, categoria administrativa e distribuição por regiões.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Ensino: concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área; práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento; pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Pesquisa: relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções; vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional; políticas e práticas institucionais de

pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica); articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas; critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

Extensão: concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI; articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social, apenas para as IES que desenvolvem tal atividade acadêmica; participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Pós-Graduação: políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*; política de melhoria da qualidade da pós-graduação; integração entre graduação e pós-graduação; formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior. (Conaes, 2004, p. 16-19).

2.2.2.1 Indicadores da Dimensão 2

A análise buscou verificar se o relatório apresentado contém descrição, avaliação e análise das ações desenvolvidas pelas IES, bem como reflexão da CPA sobre a adequação e a eficácia das políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Muitos relatórios descrevem as atividades realizadas sem especificar as políticas da IES para o ensino, a pesquisa e a extensão, e, ainda, algumas análises não têm relação com a dimensão avaliada.

Nas IES que realizaram avaliação institucional, observam-se diferentes formas de consulta à comunidade, que ocorreu tanto por meio de aplicação de questionários a toda a comunidade como por grupos focais, ou ambos.

Políticas para a graduação

A capacidade de explicitar políticas para o ensino de graduação é um indicativo de maturidade institucional e pode revelar atenção da IES às demandas que recebe e à contemporaneidade. A maioria (76,2%) dos relatórios contém a existência dessas políticas, no entanto, apenas 25,6% tratam adequadamente essa informação avaliando e analisando as políticas descritas (Tabela 11). Nos demais relatórios, a CPA limita-se a analisar (30,8%) ou a descrever (19,8%) a política institucional, sem a necessária participação da comunidade para avaliar se as políticas de graduação estão adequadas ou atendem às suas expectativas e necessidades.

Em 23,8% dos relatórios analisados não há qualquer referência a políticas para o ensino de graduação (15,1% não trazem informação e 8,7% apresentam apenas uma lista de cursos ou atividades), o que se

constitui em alvo de atenção já que a graduação é atividade essencial a todas as IES, independentemente de organização acadêmica ou natureza administrativa. Esses dados demonstram a necessidade de maior apropriação dos conceitos que fundamentam a proposição e a avaliação de políticas de graduação.

Destaca-se como ponto positivo o fato de alguns relatórios descreverem a realização de avaliação de todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e sua comparação com o projeto político-pedagógico institucional.

TABELA 11 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS POLÍTICAS PARA A GRADUAÇÃO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	44	25,6
Não descreve, mas analisa (2)	53	30,8
Apenas descreve (3)	34	19,8
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	15	8,7
Sem informação (5)	26	15,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Políticas para a pós-graduação

A existência de política para a pós-graduação foi indicada em 54% dos relatórios analisados, e em 16,3% essas políticas são avaliadas e analisadas (Tabela 12). Predominam entre os cursos de pós-graduação os de especialização.

Por outro lado, 46% dos relatórios deixam de fazer qualquer referência a políticas para a pós-graduação. Essa informação foi analisada considerando-se que 43% dos relatórios são oriundos de faculdades, institutos ou escolas, portanto instituições em que as atividades de pós-graduação são menos intensas do que em universidades, por exemplo. Ainda assim, observou-se que também entre as universidades a referência à graduação, com autoavaliação completa, é mais frequente (35,1%) do que a avaliação da pós-graduação, que ocorre em apenas 26,3% dessas instituições. Talvez esta observação esteja relacionada ao fato de que as IES se envolvam de forma mais intensa com a avaliação da pós-graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Tendo em vista que a pós-graduação constitui o pilar para o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada no Brasil, este indicador em parcela significativa das IES é motivo de reflexão para ampliação da descrição, avaliação e/ou análise das políticas de pós-graduação.

TABELA 12 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	28	16,3
Não descreve, mas analisa (2)	41	23,8
Apenas descreve (3)	24	14,0
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	29	16,9
Sem informação (5)	50	29,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Políticas de pesquisa

Em 64,5% dos relatórios analisados há referência à política de pesquisa, e 18,6% apresentam avaliação e análise dessas políticas (Tabela 13). Por outro lado, a ausência de informação em 42 relatórios (24,4%) sugere que a pesquisa acadêmica deve ser estimulada e ter mais visibilidade nas IES, o que certamente terá reflexo nos próximos relatórios.

Além dos 24,4% dos relatórios que não apresentam informações sobre este item, outros 56,9% não contêm avaliação por parte da comunidade das políticas de pesquisa desenvolvidas, entre os quais, 11% apresentam apenas lista de cursos, impossibilitando a análise sobre a política institucional para a pesquisa.

TABELA 13 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS POLÍTICAS PARA A PESQUISA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	32	18,6
Não descreve, mas analisa (2)	47	27,3
Apenas descreve (3)	32	18,6
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	19	11,0
Sem informação (5)	42	24,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Políticas de extensão

A relação das IES com a sociedade é mencionada em 66,3% dos relatórios analisados, e cerca de 20% descrevem, avaliam e analisam as políticas de extensão (Tabela 14).

Mesmo sendo uma atividade essencial para a afirmação institucional na sociedade, as políticas para a extensão deixam de constar em 33,7% dos relatórios de autoavaliação institucional analisados.

TABELA 14 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Categoria (valor)	n	%
Descreve, avalia e analisa (1)	34	19,8
Não descreve, mas analisa (2)	48	27,9
Apenas descreve (3)	32	18,6
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	23	13,4
Sem informação (5)	35	20,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Evidência de articulação ensino-pesquisa-extensão

Quanto à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, 31,4% mencionam essa integração (Tabela 15), o que indica a necessidade de revisão das estratégias institucionais de integração ensino-pesquisa-extensão.

Em alguns relatórios, há descrição de intrínseca associação entre pesquisa e graduação, enquanto em outros, principalmente em cidades do interior, a extensão constitui importante apoio às atividades de graduação.

Os programas de iniciação científica são destaque em diversos relatórios, o que demonstra efetiva integração entre graduação e pesquisa.

TABELA 15 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DISTRIBUÍDOS QUANTO À ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

	nº	%
Sim	54	31,4
Não	118	68,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.2.2 Síntese da Dimensão 2

Nesta seção são analisados, como um único conjunto, todos os itens que compõem a Dimensão 2. Tem-se, portanto, uma visão geral da categoria e dos resultados apresentados nos relatórios de autoavaliação das IES, quanto às políticas institucionais para ensino, pesquisa e extensão.

Os relatórios foram agrupados em quatro faixas descritas no Quadro 2. Esse agrupamento, indicado na Tabela 16, mostra que cerca de 20% dos relatórios apresentam, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, as potencialidades, fragilidades e sugestões de encaminhamentos, comparam com avaliação anterior e demonstram avanços (faixa 1). Por outro lado, 30% dos relatórios analisados apresentam apenas os instrumentos de coleta de dados e/ou não incluem quaisquer informações acerca do indicador (faixa 4).

De outro modo, cerca de 50% dos relatórios encontram-se nas faixas 1 ou 2 e os outros 50% nas faixas 3 ou 4. Os relatórios encontram-se predominantemente (30,2%) na faixa 2 (analisa a totalidade ou a maior parte dos indicadores, sem informações fundamentadas em avaliação realizada junto à comunidade acadêmica), seguida da faixa 4 já mencionada.

De maneira geral, os dados obtidos sugerem que há necessidade de melhor descrição e avaliação das políticas institucionais para o ensino, pesquisa e extensão nos relatórios de autoavaliação das IES.

TABELA 16 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS AGRUPADOS POR FAIXAS DE CATEGORIZAÇÃO DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	35	20,3
2	52	30,2
3	34	19,8
4	51	29,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

A análise dos resultados dos relatórios com relação à Dimensão 2 é apresentada nesta seção de acordo com a organização acadêmica da instituição (Tabela 16).

Quase 70% das universidades estão nas faixas 1 ou 2, que contêm os relatórios com resultados mais adequados ao que se espera das políticas institucionais para o ensino-pesquisa-extensão, com predomínio de relatórios na faixa 2. Já os centros universitários ficaram distribuídos de modo mais uniforme, com aproximadamente 50% nas faixas 1 ou 2 e 50% nas faixas 3 ou 4, porém, com a maioria dos relatórios na faixa 4.

As faculdades, institutos e escolas superiores concentram-se nas faixas 3 ou 4, com 63,5% dos relatórios, sendo que predominam relatórios na faixa 4. Esse resultado pode ser decorrente da natureza dessas instituições, que geralmente não possuem a pesquisa, extensão e/ou pós-graduação como atividades tão destacadas quanto à graduação (Tabela 17).

TABELA 17 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 2, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 2 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	18	21	11	7	2,12
	%	31,6%	36,8%	19,3%	12,3%	
Centro universitário	n	11	10	8	12	2,51
	%	26,8%	24,4%	19,5%	29,3%	
Faculdades	n	6	21	15	32	2,99
	%	8,1%	28,4%	20,3%	43,2%	
Total	n	35	52	34	51	2,59
	%	20,3%	30,2%	19,8%	29,7%	

Fonte: Inep, 2009

* $p = 0,000$

Na Tabela 18, indicamos a distribuição dos relatórios por faixas de análise e por categoria administrativa (pública ou privada). A pequena amostra de IES públicas dificulta uma análise mais confiável. De fato, o p -value dessa distribuição é 0,056, o que representa uma diferença estatisticamente não significativa, embora limitrofe. Os relatórios das IES públicas concentram-se nas faixas 1 e 2, com a maioria (38,9%) na faixa 1, e a média dos relatórios foi de 2,11. As IES privadas, por outro lado, concentram-se nas faixas 2 e 4, com a média de 2,64.

TABELA 18 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 2, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 2 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	7	6	1	4	2,11
	%	38,9%	33,3%	5,6%	22,2%	
IES privada	n	28	46	33	47	2,64
	%	18,2%	29,9%	21,4%	30,5%	
Total	n	35	52	34	51	2,59
	%	20,3%	30,2%	19,8%	29,7%	

Fonte: Inep, 2009

* $p = 0,056$

A distribuição dos índices dos relatórios das IES referentes à Dimensão 2 por faixas de análise e por regiões está representada na Tabela 19. Não se observa repetição de padrões nas diversas regiões. Houve diferenças significativas nas médias no que se refere à avaliação de políticas institucionais para ensino-pesquisa-extensão ($p = 0,026$).

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 2 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	7	20	4	0	4	35
	23,3%	24,7%	25,0%	0,0%	40,0%	20,3%
2	8	26	5	12	1	52
	26,7%	32,1%	31,3%	34,3%	10,0%	30,2%
3	5	18	1	7	3	34
	16,7%	22,2%	6,3%	20,0%	30,0%	19,8%
4	10	17	6	16	2	51
	33,3%	21,0%	37,5%	45,7%	20,0%	29,7%
Média*	2,60	2,40	2,56	3,11	2,30	2,59

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,026$

Nas Regiões Sul e Norte, houve uma distribuição equilibrada dos indicadores da Dimensão 2 nas faixas 1 ou 2 e nas faixas 3 ou 4, o que pode ser decorrente também do fato de a amostra ser pequena em ambas as regiões, mas principalmente na Região Norte. Ressalta-se, entretanto, que a maioria dos relatórios da Região Sul encontra-se na faixa 4, enquanto na Região Norte concentra-se na faixa 1.

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste diferiram pouco das anteriores com leve tendência às faixas 1 ou 2. Na Região Sudeste predominam relatórios na faixa 2, enquanto que na Região Centro-Oeste a maioria dos relatórios encontra-se na faixa 4.

Na Região Nordeste, na qual a média foi de 3,11, predominam relatórios classificados nas faixas 2 e 4, com maior concentração nesta última. Essa é a única região em que não foram encontrados relatórios completos no que se refere à Dimensão 2.

2.2.3 Análise dos relatórios – Dimensão 3

Na autoavaliação da Dimensão 3, deveria ser abordada a inclusão social, ou seja, ações da IES desenvolvidas no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou

sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária. Também é exigida a avaliação da relação da IES com a sociedade, por meio de transferência de conhecimento, e o impacto das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. A contribuição das instituições na defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural também deve ser avaliada.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional; natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. (Conaes, 2004, p. 21).

2.2.3.1 Indicadores da Dimensão 3

Inclusão social

Em 18,6% dos relatórios de autoavaliação, o aspecto da inclusão social é abordado adequadamente. Observou-se que, frequentemente, a única menção à inclusão social ficou por conta do Programa Universidade para Todos – ProUni (Tabela 20).

TABELA 20 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À INCLUSÃO SOCIAL

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	32	18,6
Não descreve, mas analisa (2)	40	23,3
Apenas descreve (3)	46	26,7
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	14	8,1
Sem informação (5)	40	23,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Relação com a sociedade

Mais de 60% dos relatórios não apresentaram avaliação sobre a sua relação com a sociedade (Tabela 21). Considerando a função social das IES no ambiente externo, a avaliação desta dimensão, inclusive por membros externos à instituição, é fundamental.

TABELA 21 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	34	19,8
Não descreve, mas analisa (2)	32	18,6
Apenas descreve (3)	53	30,8
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	9	5,2
Sem informação (5)	44	25,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Defesa do meio ambiente e patrimônio cultural

A referência a este indicador nos relatórios de autoavaliação foi muito pequena, chegando a 48,3% de relatórios sem qualquer informação (Tabela 22) ou quando citam alguma referência ao meio ambiente o fazem por meio de palestras realizadas referentes ao assunto. Em 12,8% dos relatórios há descrição, avaliação e análise dos programas de gestão ambiental existentes dentro da própria IES.

TABELA 22 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	22	12,8
Não descreve, mas analisa (2)	13	7,6
Apenas descreve (3)	33	19,2
Apenas apresenta lista de cursos ou atividades (4)	21	12,2
Sem informação (5)	83	48,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.3.2 Síntese da Dimensão 3

O maior percentual de relatórios encontra-se na faixa 3, ou seja, apresenta, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, apenas gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação (Tabela 23).

TABELA 23 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 3 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	23	13,4
2	32	18,6
3	67	39,0
4	50	29,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

As universidades apresentaram, significativamente, a maior média ($p = 0,000$), com maior percentual de relatórios adequados na Dimensão 3 (Tabela 24). Possivelmente isto ocorra em função de suas políticas de pós-graduação e extensão, obrigatoriamente implantadas.

TABELA 24 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 3, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica	Dimensão 3 em faixas				Média*	
	1	2	3	4		
Universidade	n	14	14	20	9	2,42
	%	24,6%	24,6%	35,1%	15,8%	
Centro universitário	n	4	10	15	12	2,85
	%	9,8%	24,4%	36,6%	29,3%	
Faculdade	n	5	8	32	29	3,15
	%	6,8%	10,8%	43,2%	39,2%	
Total	n	23	32	67	50	2,84
	%	13,4%	18,6%	39,0%	29,1%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,000$

Quando analisadas por categoria administrativa, há diferença significativa entre as médias dos relatórios da Dimensão 3. Ainda assim, nas diferentes categorias o maior percentual de relatórios encontra-se na faixa 3.

TABELA 25 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 3, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 3 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	5	4	6	3	2,39
	%	27,8%	22,2%	33,3%	16,7%	
IES privada	n	18	28	61	47	2,89
	%	11,7%	18,2%	39,6%	30,5%	
Total	n	23	32	67	50	2,84
	%	13,4%	18,6%	39,0%	29,1%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,043$

O percentual de relatórios nas faixas 1 e 2 da Dimensão 3 é maior nas Regiões Sudeste (40,8%) e Norte (40,0%), e as médias nessas regiões foram significativamente menores. Apresentam, ainda, relatórios nessas faixas da Dimensão 3 as Regiões Sul (26,6%), Centro-Oeste (25,0%) e Nordeste (17,2%).

TABELA 26 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 3 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	4	11	2	3	3	23
	13,3%	13,6%	12,5%	8,6%	30,0%	13,4%
2	4	22	2	3	1	32
	13,3%	27,2%	12,5%	8,6%	10,0%	18,6%
3	13	33	6	12	3	67
	43,3%	40,7%	37,5%	34,3%	30,0%	39,0%
4	9	15	6	17	3	50
	30,0%	18,5%	37,5%	48,6%	30,0%	29,1%
Média*	2,90	2,64	3,00	3,23	2,60	2,84

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,045$

2.2.4 Análise dos relatórios – Dimensão 4

A Dimensão 4 abordou aspectos relativos à comunicação com a sociedade, envolvendo a interação interna e externa e a ouvidoria.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa; imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. (Conaes, 2004, p. 23).

2.2.4.1 Indicadores da Dimensão 4

Interação interna e externa

A análise revelou que um percentual significativo de 23,8% de IES apresentou um relatório descritivo, avaliativo e analítico, como se pode constatar na Tabela 27, entretanto, a maioria (35%) dos relatórios ainda apresentou caráter somente descritivo das ações referentes à interação interna e externa.

Alguns relatórios pontuaram como fragilidade a comunicação entre a comunidade acadêmica, principalmente dos discentes e a gestão superior. Fica evidente a necessidade de estratégias mais eficazes que promovam a interação dos diversos segmentos.

Observou-se que alguns relatórios se restringem a citar ações de extensão como principal meio de comunicação da IES com a sociedade; assim como a Educação a Distância (EaD).

TABELA 27 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À INTERAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	41	23,8
Não descreve, mas analisa (2)	33	19,2
Apenas descreve (3)	61	35,5
Sem informação (4)	37	21,5
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Ouvidoria

Em relação à ouvidoria, 59,9% dos relatórios não apresentaram qualquer informação, indicando que a comunicação se faz da IES para os segmentos (Tabela 28). Tal resultado evidencia a necessidade de ampliação dos espaços para escuta, ou seja, para a comunicação da comunidade interna e da comunidade externa para com a IES.

TABELA 28 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À OUVIDORIA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	21	12,2
Não descreve, mas analisa (2)	13	7,6
Apenas descreve (3)	35	20,3
Sem informação (4)	103	59,9
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009

2.2.4.2 Síntese da Dimensão 4

Nesta dimensão, predominou o tipo de relatório da faixa 3 (Tabela 29), revelando a totalidade ou a maior parte dos indicadores demonstrados na forma de gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação.

TABELA 29 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 4 AGRUPADOS POR FAIXAS

Faixa	nº	%
1	23	13,4
2	35	20,3
3	81	47,1
4	33	19,2
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Independentemente da organização acadêmica, predominou a faixa 3 nos relatórios de autoavaliação da Dimensão 4. Ainda assim, houve diferenças estatisticamente significativas entre as IES ($p = 0,047$). As universidades foram as que tiveram maior percentual de relatórios na faixa 1 em relação às demais. Os centros universitários tiveram relatórios com maior falta de informação a respeito da comunicação e as faculdades apresentaram 56,8% de relatórios em que, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, havia apenas gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação.

TABELA 30 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 4, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 4 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	11	14	26	6	2,47
	%	19,3%	24,6%	45,6%	10,5%	
Centro universitário	n	5	10	13	13	2,83
	%	12,2%	24,4%	31,7%	31,7%	
Faculdade	n	7	11	42	14	2,85
	%	9,5%	14,9%	56,8%	18,9%	
Total	n	23	35	81	33	2,72
	%	13,4%	20,3%	47,1%	19,2%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,047$

As IES públicas apresentaram distribuição ligeiramente melhor do que as demais na adequação do relatório referente à comunicação. No entanto, a diferença entre as médias não foi estatisticamente significativa ($p = 0,286$) e em todas as categorias o maior percentual dos relatórios se encontra na faixa 3.

TABELA 31 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 4 AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 4 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	3	5	8	2	2,50
	%	16,7%	27,8%	44,4%	11,1%	
IES privada	n	20	30	73	31	2,75
	%	13,0%	19,5%	47,4%	20,1%	
Total	n	23	35	81	33	2,72
	%	13,4%	20,3%	47,1%	19,2%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,286$

Quando analisados os relatórios por região (Tabela 32), há acentuada diferença nas médias ($p = 0,019$) da Dimensão 4. A média mais baixa foi da Região Sudeste (2,51), mas todas, com exceção da Região Norte, encontram-se na faixa 3.

TABELA 32 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 4 POR REGIÕES, FAIXA E MÉDIA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	2	17	3	0	1	23
	6,7%	21,0%	18,8%	0,0%	10,0%	13,4%
2	6	22	2	2	3	35
	20,0%	27,2%	12,5%	5,7%	30,0%	20,3%
3	16	26	7	27	5	81
	53,3%	32,1%	43,8%	77,1%	50,0%	47,1%
4	6	16	4	6	1	33
	20,0%	19,8%	25,0%	17,1%	10,0%	19,2%
Média*	2,87	2,51	2,75	3,11	2,60	2,72

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,019$

Percebe-se um avanço em relação à mudança na administração das IES, com a redução de uma estrutura centralizada e a promoção da participação de estudantes, professores e técnicos em decisões da instituição. Entretanto, poderia haver um maior detalhamento e consistência na descrição, análise e avaliação dos dados acerca do funcionamento e da eficácia da comunicação interna e externa da/na IES. A falta de menção nos relatórios da existência de ouvidoria mostra a necessidade de incorporação desse indicador na avaliação, dando visibilidade a ouvidoria como importante canal de comunicação em grande parte das IES.

2.2.5 Análise dos relatórios – Dimensão 5

A Dimensão 5 envolveu as políticas de pessoal e carreira do corpo docente e técnico-administrativo. O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão; programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos; clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. (Conaes, 2004, p. 24-25).

2.2.5.1 Indicadores da Dimensão 5

Plano de carreira

A análise dos relatórios indicou que a maioria das IES descreveu o plano de carreira (31,4%) e as ações de qualificação (35,5%), sem análise ou avaliação, conforme Tabelas 33 e 34.

TABELA 33 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AO PLANO DE CARREIRA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	35	20,3
Não descreve, mas analisa (2)	39	22,7
Apenas descreve (3)	54	31,4
Sem informação (4)	44	25,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Qualificação profissional

Dos relatórios analisados (Tabela 34), uma parte deles (15,7%) descreve, avalia e analisa as ações de qualificação profissional e (23,3%) faz uma breve análise sem descrever as ações de qualificação profissional existentes na IES. Esses dados demonstram a importância da implementação de políticas de capacitação e acompanhamento do trabalho docente e técnico-administrativo. Ainda, uma parcela significativa de relatórios (35%) descreve essas políticas e outros (25,6%) não trazem nenhuma informação, o que sugere a necessidade de ampliar a atenção ao desenvolvimento profissional dos quadros docente e técnico-administrativo das IES.

TABELA 34 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	27	15,7
Não descreve, mas analisa (2)	40	23,3
Apenas descreve (3)	61	35,5
Sem informação (4)	44	25,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Condições institucionais

A Tabela 35 indica que 51,7% dos relatórios analisados não apresentam informações sobre as condições institucionais. O restante dos relatórios traz os planos de carreira docente e os planos de cargos e salários do corpo técnico-administrativo, demonstrando preocupação com o registro de informações relativas à formação e à experiência, assim como as políticas de capacitação docente. Ressalta-se, entretanto, a necessidade de ampliação da análise dessas condições e sua relação com o desenvolvimento institucional por parte da comunidade acadêmica das IES.

TABELA 35 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO ÀS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	18	10,5
Não descreve, mas analisa (2)	32	18,6
Apenas descreve (3)	33	19,2
Sem informação (4)	89	51,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.5.2 Síntese da Dimensão 5

A maioria dos relatórios analisados (39,0%) situa-se na faixa 3 (Tabela 36). Isto indica que eles foram, na totalidade ou na maior parte dos indicadores, apresentados apenas na forma de gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação dos dados, o que se destaca como necessário, considerando as mudanças que poderão ser construídas com base nas possibilidades identificadas a partir da análise das condições institucionais atuais.

TABELA 36 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 5 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	21	12,2
2	56	32,6
3	67	39,0
4	28	16,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Embora a distribuição seja semelhante e as médias se encontrem na faixa 2 (Tabela 37), a diferença nas médias dos relatórios de IES de diferentes organizações acadêmicas foi estatisticamente significativa ($p = 0,007$).

TABELA 37 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 5, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 5 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	13	18	21	5	2,32
	%	22,8%	31,6%	36,8%	8,8%	
Centro universitário	n	4	15	16	6	2,59
	%	9,8%	36,6%	39,0%	14,6%	
Faculdade	n	4	23	30	17	2,81
	%	5,4%	31,1%	40,5%	23,0%	
Total	n	21	56	67	28	2,59
	%	12,2%	32,6%	39,0%	16,3%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,007$

Não houve diferença significativa nos relatórios das IES de categoria administrativa diversa.

TABELA 38 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 5, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Faixa				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	4	6	7	1	2,28
	%	22,2%	33,3%	38,9%	5,6%	
IES privada	n	17	50	60	27	2,63
	%	11,0%	32,5%	39,0%	17,5%	
Total	n	21	56	67	28	2,59
	%	12,2%	32,6%	39,0%	16,3%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,118$

Ao se analisar os relatórios por região (Tabela 39), percebe-se que a faixa 3 predominou nas Regiões Sul e Nordeste; nas Regiões Norte e Centro-Oeste, as faixas 2 e 3 tiveram distribuição semelhante; e na Região Sudeste predominou a faixa 2, com análise da totalidade ou da maior parte dos indicadores, mas sem informações fundamentadas em avaliações realizadas junto à comunidade acadêmica. Não houve diferença significativa nas médias nas diferentes regiões ($p = 0,082$).

TABELA 39 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 5 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	6	11	2	0	2	21
	20,0%	13,6%	12,5%	0,0%	20,0%	12,2%
2	5	34	5	8	4	56
	16,7%	42,0%	31,3%	22,9%	40,0%	32,6%
3	13	24	6	21	3	67
	43,3%	29,6%	37,5%	60,0%	30,0%	39,0%
4	6	12	3	6	1	28
	20,0%	14,8%	18,8%	17,1%	10,0%	16,3%
Média*	2,63	2,46	2,63	2,94	2,30	2,59

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,082$

Destaque-se o impacto positivo do Sinaes também nesta dimensão: muitas IES apresentaram as modificações já decorrentes da implantação desse sistema.

2.2.6 Análise dos relatórios – Dimensão 6

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real; funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados; uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas; uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções; modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática); investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis). (Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação, Conaes, 2004, p. 27).

Os tópicos da Dimensão 6 objetivam levar ao conhecimento da comunidade acadêmica resposta às perguntas: Existe coerência entre a organização e a gestão da instituição e as políticas firmadas nos documentos oficiais? Até que ponto o que está escrito está incorporado na dinâmica e no funcionamento da instituição? Em especial, procura-se verificar se o processo decisório nas diferentes instâncias institucionais – conselhos e colegiados – mantém coerência com o desejável, com o que está estabelecido nos documentos oficiais, ou se há elementos que apontam para a necessidade da sua reorganização.

Compreender a IES como uma organização implica admitir a complexidade da sua estrutura e funcionamento, com ênfase para sua administração colegiada, ora entendida como a descentralização das ações e das atividades para os diversos órgãos, ora como a efetiva participação dos membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo no processo de planejamento e, especificamente, no processo decisório, prerrogativa dos conselhos superiores da instituição.

Assim, a análise da influência das relações de poder presentes nos níveis estruturais da instituição embasa e justifica o seguinte questionamento a que a autoavaliação busca responder: Como se efetiva a relação entre o planejamento que orienta o desenvolvimento institucional da universidade e o processo decisório da instituição no âmbito dos conselhos superiores?

A abordagem descritiva nesse caso é desejável, tendo em vista a possibilidade de serem efetuadas a descrição e a apreciação crítica da realidade, pela interpretação dos dados colhidos na avaliação. A pesquisa documental é imprescindível para se proceder ao cotejamento do “escrito” com o “vivido”, interesse da autoavaliação, uma vez que se reconhece que o desempenho da instituição está atrelado à sua estrutura organizacional e à natureza e finalidades do seu processo decisório em vigor.

Entretanto, a riqueza de análise e de conhecimento que poderia advir da avaliação desses aspectos precisa ser mais amplamente compreendida por grande parte das IES que tiveram seus relatórios analisados. Os resultados indicaram que 114 das 172 IES participantes deste estudo apenas descreveram ou não acrescentaram informação a respeito desta dimensão, o que corresponde a 66,3% do universo analisado. A rigor, somente 23 relatórios (13,4%) apresentam dados e análises compatíveis com o desejável no processo avaliativo, pois os demais 35 (20,3% do total) fazem a análise sem a correspondente descrição ou sem mencionar a origem dessa análise.

2.2.6.1 Indicadores da Dimensão 6

Plano de gestão

O Plano de gestão avaliado pelas CPAs mostrou que 13,4% dos relatórios optaram por descrever, avaliar e analisar esse quesito e 36,6% não forneceram informações. A outra metade dos relatórios não descreveu, mas analisou (20,3%) ou somente descreveu (29,7%) esse indicador (Tabela 40).

TABELA 40 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AO PLANO DE GESTÃO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	23	13,4
Não descreve, mas analisa (2)	35	20,3
Apenas descreve (3)	51	29,7
Sem informação (4)	63	36,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Órgãos colegiados

Quanto aos órgãos colegiados das IES, apenas 9,9% dos relatórios apresentaram uma avaliação completa e 34,9% não forneceram informações. Uma parcela representada por 15,7% analisou, mas não descreveu, e o maior percentual (39,5%) apenas descreveu a existência de órgãos colegiados (Tabela 41).

TABELA 41 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	17	9,9
Não descreve, mas analisa (2)	27	15,7
Apenas descreve (3)	68	39,5
Sem informação (4)	60	34,9
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Gestão estratégica

A análise dos relatórios sugere que as IES não compreenderam, desconsideraram ou preferiram não informar suas formas de implementação da gestão estratégica de suas unidades, pois apenas 6,4 % descreveram, avaliaram e analisaram esta dimensão. Ainda 10,5% analisaram, mas não descreveram, e 17% apenas descreveram.

Compreende-se que a gestão estratégica organiza as contribuições que as diversas áreas têm a dar à organização. É o fio condutor para a integração dos esforços desenvolvidos pelos vários setores, dispersos pela IES. Essa forma de gestão permite desarmar procedimentos rotineiros mais voltados para uma área específica, desassociados dos objetivos globais da instituição. Um exemplo disso é a preocupação, por parte de alguns setores, com apenas o grupo de interessados que lhe diz respeito mais diretamente, ignorando as necessidades e os interesses da globalidade dos grupos de interessados. Permite, ainda, uma visão temporal mais favorável à organização, pensando-se constantemente a curto, a médio e a longo prazo. É também pela gestão estratégica que se pode conciliar eficiência e eficácia. A diferença entre esses dois conceitos resume-se à diferença entre “fazer bem as coisas” (eficiência) e “fazer as coisas certas” (eficácia).

Assim, o conhecimento obtido no processo de autoavaliação deve provocar revisão de planejamentos, adoção de novas políticas institucionais, medidas corretivas que assegurem à comunidade acadêmica, participante da avaliação, que os juízos de valor construídos a partir das informações obtidas são indispensáveis para os ajustes dos “rumos” assumidos pela IES.

A gestão estratégica é, portanto, alimentada pela avaliação e não pode existir sem ela. No entanto, 143 relatórios (83,1%) não incluem essa gestão. Se somados aos que analisam sem a correspondente preocupação em informar a origem da análise, esse número sobe para 161 relatórios.

TABELA 42 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À GESTÃO ESTRATÉGICA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	11	6,4
Não descreve, mas analisa (2)	18	10,5
Apenas descreve (3)	30	17,4
Sem informação (4)	113	65,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.6.2 Síntese da Dimensão 6

Na análise da Dimensão 6 nos relatórios de autoavaliação, foi identificado que 45,9% das CPAs apresentaram tabelas e gráficos sobre esta dimensão e 26,2% não inseriram as análises respectivas.

TABELA 43 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 6 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	14	8,1
2	34	19,8
3	79	45,9
4	45	26,2
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

TABELA 44 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS (X) E DESVIO PADRÃO (σ) NA DIMENSÃO 6, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Faixa				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	8	12	27	10	2,68
	%	14,0%	21,1%	47,4%	17,5%	
Centro universitário	n	2	11	17	11	2,90
	%	4,9%	26,8%	41,5%	26,8%	
Faculdade	n	4	11	35	24	3,07
	%	5,4%	14,9%	47,3%	32,4%	
Total	n	14	34	79	45	2,90
	%	8,1%	19,8%	45,9%	26,2%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,047$

TABELA 45 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS DE DESEMPENHO NA DIMENSÃO 6, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Faixa				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	0	7	8	3	2,78
	%	0,0%	38,9%	44,4%	16,7%	
IES privada	n	14	27	71	42	2,92
	%	9,1%	17,5%	46,1%	27,3%	
Total	n	14	34	79	45	2,90
	%	8,1%	19,8%	45,9%	26,2%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,553$

A Tabela 46 ilustra a análise da Dimensão 6 – coerência entre a organização e a gestão da instituição e as políticas firmadas nos documentos oficiais – distribuída por regiões e faixa. Neste ponto, é possível inferir a necessidade de maior explicitação de ações desta dimensão, fato que se constatou em todas as regiões, com ligeiras variações, mas sem significância estatística ($p = 0,162$).

TABELA 46 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 6 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	4	8	0	0	2	14
	13,3%	9,9%	0,0%	0,0%	20,0%	8,1%
2	5	19	4	4	2	34
	16,7%	23,5%	25,0%	11,4%	20,0%	19,8%
3	13	33	5	23	5	79
	43,3%	40,7%	31,3%	65,7%	50,0%	45,9%
4	8	21	7	8	1	45
	26,7%	25,9%	43,8%	22,9%	10,0%	26,2%
Média*	2,83	2,83	3,19	3,11	2,50	2,90

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,162$

2.2.7 Análise dos relatórios – Dimensão 7

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão; políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins; utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. (Conaes, 2004, p. 29).

A Dimensão 7 buscou verificar a coerência da infraestrutura física (ensino, pesquisa, biblioteca, informação e comunicação) com o estabelecido em documentos oficiais. Para tanto, destacou a ampliação, manutenção e segurança de espaço físico e a aquisição, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos e pretendeu focalizar as condições de funcionamento de bibliotecas, laboratórios, instalações sanitárias e condições de acessibilidade.

A análise dos resultados permitiu verificar que os relatórios não trazem com a devida importância a avaliação desses aspectos, ligados ao seu espaço físico e aos equipamentos presentes nas IES. Não apresentam qualquer informação quanto à ampliação, manutenção e segurança do espaço físico: 47 relatórios, 27,3% do total; quanto à aquisição, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos: 71 relatórios, 41,3% do total; quanto a bibliotecas: 32 relatórios, 18,6% do total; quanto a laboratórios: 45 relatórios, 26,2% do total; quanto às condições de acessibilidade: 84 relatórios, 48,8% do total.

Em todos esses itens, apenas o correspondente à biblioteca alcançou percentual acima de 20% (40 relatórios, 23,3%) na categoria 1, considerada a resposta mais completa.

Pode-se deduzir, portanto, que poderia ter sido maior a preocupação com a avaliação das instalações físicas, verificando se são adequadas ao trabalho planejado, se há insatisfações a respeito na comunidade acadêmica ou mesmo se estão em condições de garantir a acessibilidade a todos os seus usuários, como determina a legislação pertinente.

2.2.7.1 Indicadores da Dimensão 7

Ampliação, manutenção e segurança de espaço físico

O indicador que trata da avaliação da ampliação, manutenção e segurança de espaço físico foi tratado em todos os seus pormenores por 15,1% dos relatórios, enquanto 27,3% não se manifestaram e os demais 57,6% descreveram ou então não descreveram, mas analisaram (Tabela 47).

TABELA 47 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE ESPAÇO FÍSICO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	26	15,1
Não descreve, mas analisa (2)	41	23,8
Apenas descreve (3)	58	33,7
Sem informação (4)	47	27,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Aquisição, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos

Quanto à aquisição, manutenção, atualização e segurança de equipamentos, 14,5% dos relatórios foram apresentados de modo completo, 41,3% não forneceram informações e 44,2% estiveram entre somente descrever ou analisar (Tabela 48).

TABELA 48 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	25	14,5
Não descreve, mas analisa (2)	39	22,7
Apenas descreve (3)	37	21,5
Sem informação (4)	71	41,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Biblioteca

No indicador que trata das bibliotecas, obtiveram-se 23,3% de análises completas nos relatórios examinados; 18,6% não informaram; 28,5% não descreveram, mas analisaram; e 29,7% apenas descreveram (Tabela 49).

TABELA 49 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À BIBLIOTECA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	40	23,3
Não descreve, mas analisa (2)	49	28,5
Apenas descreve (3)	51	29,7
Sem informação (4)	32	18,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Laboratórios

Em relação aos laboratórios didáticos e de pesquisa, foram realizadas análises em 46,5% dos relatórios (Tabela 50).

TABELA 50 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AOS LABORATÓRIOS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	33	19,2
Não descreve, mas analisa (2)	47	27,3
Apenas descreve (3)	47	27,3
Sem informação (4)	45	26,2
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Acessibilidade

No que se refere à acessibilidade, 11,6% dos relatórios a abordam de forma completa, enquanto 48,8% não incluem informações (Tabela 51), embora se trate de requisito legal (Decreto nº 5.296/2004) previsto também nos instrumentos da avaliação externa de IES.

TABELA 51 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À ACESSIBILIDADE

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	20	11,6
Não descreve, mas analisa (2)	30	17,4
Apenas descreve (3)	38	22,1
Sem informação (4)	84	48,8
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.7.2 Síntese da Dimensão 7

Foi categorizado o maior percentual de relatórios (38,4%) na faixa 3, indicando que houve avaliação junto à comunidade acadêmica, entretanto, sem muita explicitação do significado dos resultados e do impacto dessa avaliação no planejamento de ações. Destaca-se que 13,4% das IES não forneceram informações a respeito da Dimensão 7, o que traduz a necessidade de reunir informações e ampliar a descrição e a análise dos indicadores da referida dimensão.

TABELA 52 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 7 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	28	16,3
2	59	34,3
3	62	36,0
4	23	13,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Ao serem distribuídos por organização acadêmica (Tabela 53), houve diferença significativa ($p = 0,002$) na qualidade dos relatórios, que se apresentam de modo distinto na avaliação da Dimensão 7. A maior concentração de relatórios de universidades e centros universitários (43,9% e 41,5%, respectivamente) está na faixa 2, apresentando alguma análise da sua infraestrutura. Por outro lado, as faculdades concentram-se na faixa 3, com 54,1%, o que indica que esses relatórios apenas descrevem ou listam a infraestrutura das suas IES.

TABELA 53 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS (X) E DESVIO PADRÃO (σ) NA DIMENSÃO 7, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Faixa				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	12	25	15	5	2,23
	%	21,1%	43,9%	26,3%	8,8%	
Centro universitário	n	6	17	11	7	2,46
	%	14,6%	41,5%	26,8%	17,1%	
Faculdade	n	5	18	40	11	2,77
	%	6,8%	24,3%	54,1%	14,9%	
Total	n	23	60	66	23	2,52
	%	13,4%	34,9%	38,4%	13,4%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,002$

Note-se que não houve diferença significativa na análise dos indicadores referentes à Dimensão 7 dos relatórios das IES distribuídas por categoria administrativa ($p = 0,714$).

TABELA 54 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS DE DESEMPENHO NA DIMENSÃO 7, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Faixa				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	2	9	4	3	2,44
	%	11,1%	50,0%	22,2%	16,7%	
IES privada	n	21	51	62	20	2,53
	%	13,6%	33,1%	40,3%	13,0%	
Total	n	23	60	66	23	2,52
	%	13,4%	34,9%	38,4%	13,4%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,714$

A Tabela 55 ilustra a análise da Dimensão 7 por regiões. Há diferenças significativas entre os relatórios das diferentes regiões ($p = 0,007$). Comportam-se de modo semelhante as IES das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Registre-se a discrepância da Região Nordeste, que apresenta 62,9% dos relatórios na faixa 3 e nenhum na faixa 1. Já na Região Norte, os relatórios das dez IES analisadas apresentaram dados a respeito desta dimensão.

TABELA 55 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 7 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	7	12	2	0	2	23
	23,3%	14,8%	12,5%	0,0%	20,0%	13,4%
2	11	33	5	7	4	60
	36,7%	40,7%	31,3%	20,0%	40,0%	34,9%
3	9	25	6	22	4	66
	30,0%	30,9%	37,5%	62,9%	40,0%	38,4%
4	3	11	3	6	0	23
	10,0%	13,6%	18,8%	17,1%	0,0%	13,4%
Média	2,27	2,43	2,63	2,97	2,20	2,52

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,007$

2.2.8 Análise dos relatórios – Dimensão 8

Na Dimensão 8, devem ser avaliadas a adequação e a efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPI e com os PPC, bem como os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos; procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. (Conaes, 2004, p. 31-32).

2.2.8.1 Indicadores da Dimensão 8

Procedimentos de avaliação e acompanhamento

Nesta dimensão, 15,1% dos relatórios de autoavaliação analisados não incluem informações sobre os procedimentos de avaliação e acompanhamento utilizados. Entretanto, há de se considerar que mais de 32,6% dos relatórios informam adequadamente esses procedimentos (Tabela 56), o que é um dado relevante no contexto deste estudo, haja vista que realizar o processo avaliativo é uma tarefa complexa, sendo mais complexo ainda levar a efeito a meta-avaliação, ou seja, avaliar a autoavaliação e reorientar os procedimentos avaliativos, além de fazer com que esses processos efetivamente contribuam para o planejamento institucional.

TABELA 56 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	56	32,6
Não descreve, mas analisa (2)	39	22,7
Apenas descreve (3)	51	29,7
Sem informação (4)	26	15,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.8.2 Síntese da Dimensão 8

Observou-se que $\frac{1}{3}$ dos relatórios apresentou informações sobre a Dimensão 8, realçando potencialidades, fragilidades, sugestões de encaminhamentos e comparações dos resultados atuais com avaliações anteriores.

TABELA 57 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 8 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Categoria	nº	%
1	56	32,6
2	39	22,7
3	51	29,7
4	26	15,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Embora o percentual de universidades seja o mais elevado na faixa 1, a diferença das médias resultantes da avaliação dos relatórios não foi significativa ($p = 0,056$) considerando a organização acadêmica (Tabela 58).

TABELA 58 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 8, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 8 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	29	7	13	8	2,00
	%	50,9%	12,3%	22,8%	14,0%	
Centro universitário	n	12	10	12	7	2,34
	%	29,3%	24,4%	29,3%	17,1%	
Faculdade	n	15	22	26	11	2,45
	%	20,3%	29,7%	35,1%	14,9%	
Total	n	56	39	51	26	2,27
	%	32,6%	22,7%	29,7%	15,1%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,056$

Quando considerada a categoria administrativa, não houve diferença significativa entre os relatórios das IES públicas e privadas ($p = 0,172$).

TABELA 59 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 8, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 8 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	9	4	2	3	1,94
	%	50,0%	22,2%	11,1%	16,7%	
IES privada	n	47	35	49	23	2,31
	%	30,5%	22,7%	31,8%	14,9%	
Total	n	56	39	51	26	2,27
	%	32,6%	22,7%	29,7%	15,1%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,172$

A análise dos relatórios quanto à Dimensão 8 distribuída por regiões é apresentada na Tabela 60. Observa-se distribuição semelhante nas Regiões Sul e Sudeste, sendo que elas apresentaram maiores valores na faixa 1, seguidos pela faixa 2. A Região Norte também obteve maior escore na faixa 1, mas apresentou um decréscimo nas faixas 2, 3 e 4. A Região Nordeste, diferentemente das demais, apresentou maior número de respostas na faixa 2, seguido pela faixa 3. Por outro lado, a Região Centro-Oeste apresentou maior escore na faixa 4. As diferenças apontadas, no entanto, não são significativas ($p = 0,086$).

TABELA 60 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 8 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	14	31	3	3	5	56
	46,7%	38,3%	18,8%	8,6%	50,0%	32,6%
2	3	14	2	17	3	39
	10,0%	17,3%	12,5%	48,6%	30,0%	22,7%
3	7	25	5	13	1	51
	23,3%	30,9%	31,3%	37,1%	10,0%	29,7%
4	6	11	6	2	1	26
	20,0%	13,6%	37,5%	5,7%	10,0%	15,1%
Média*	2,17	2,20	2,88	2,40	1,80	2,27

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,086$

2.2.9 Análise dos relatórios – Dimensão 9

Esta dimensão compreende a relação aluno-IES, e os relatórios deveriam contemplar a avaliação das políticas de atendimento aos discentes com a análise das possíveis variáveis. Devido a sua importância na ampliação do acesso à educação superior, foi analisada nesta dimensão a existência de políticas de ocupação de vagas ociosas nas IES.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Políticas de atendimento aos estudantes: políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social; políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil; mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas; acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Egressos: inserção profissional dos egressos; participação dos egressos na vida da instituição. (Conaes, 2004, p. 33).

2.2.9.1 Indicadores da Dimensão 9

Acesso e perfil de estudantes

As condições de acesso e o perfil dos estudantes foram apresentados da forma esperada, com a devida descrição, análise e avaliação em 12,2% dos relatórios que compõem o estudo, como mostra a Tabela 61. Destaca-se que quase a metade dos relatórios (47,7%) não apresentou qualquer informação a respeito desse indicador.

TABELA 61 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AO ACESSO E PERFIL DOS ESTUDANTES

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	21	12,2
Não descreve, mas analisa (2)	21	12,2
Apenas descreve (3)	48	27,9
Sem informação (4)	82	47,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Permanência

As políticas de permanência obtiveram tratamento semelhante às do indicador de acesso e ao perfil dos estudantes. Dos 172 relatórios que compõem o estudo, 16 deles (9,3%) responderam ao quesito como esperado. Destaca-se que quase a metade dos relatórios (44,8%) não apresentou qualquer informação a respeito desse quesito.

TABELA 62 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À PERMANÊNCIA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	16	9,3
Não descreve, mas analisa (2)	28	16,3
Apenas descreve (3)	51	29,7
Sem informação (4)	77	44,8
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Ocupação de vagas ociosas

Registra-se a existência de informações sobre o controle da evasão e a política de reocupação das vagas ociosas com descrição e análise de políticas correspondentes em 5,2% dos relatórios analisados. Outros 15,7% fazem alguma menção à política de atendimento discente e em 136, o que corresponde a 79,1% do total, inexistente informação sobre o indicador. Esses dados, reunidos na Tabela 63, revelam a necessidade de ampliar o registro dessas informações como estratégia para dar efetivo tratamento a essa temática no interior das IES.

TABELA 63 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À OCUPAÇÃO DE VAGAS OCIOSAS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	9	5,2
Não descreve, mas analisa (2)	8	4,7
Apenas descreve (3)	19	11,0
Sem informação (4)	136	79,1
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Participação dos estudantes em atividades de ensino

Os programas de apoio ao desenvolvimento de discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais e de divulgação da produção acadêmica foram considerados em 25% dos relatórios. A Tabela 64 organiza os dados relativos a esses programas e demonstra a mesma tendência verificada nos aspectos anteriores integrantes desta dimensão. Dos 75% relatórios restantes, 33,1% apenas descreveram os programas realizados, enquanto que 41,9% não apresentaram qualquer informação sobre o indicador.

TABELA 64 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	21	12,2
Não descreve, mas analisa (2)	22	12,8
Apenas descreve (3)	57	33,1
Sem informação (4)	72	41,9
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Acompanhamentos de egressos

Os dados referentes à política de acompanhamento de egressos estão representados na Tabela 65 e indicam que 14% dos relatórios contemplam devidamente a avaliação das iniciativas existentes para esse indicador. Entretanto, o registro da avaliação do acompanhamento de egressos requer maior sistematização, o que se verifica em 76% dos relatórios que compõem o presente estudo.

TABELA 65 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	24	14,0
Não descreve, mas analisa (2)	28	16,3
Apenas descreve (3)	53	30,8
Sem informação (4)	67	39,0
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Acesso a dados, informações e registro acadêmico

A política de acesso a dados, informações e registro acadêmico foi avaliada adequadamente em 11,6% dos relatórios, conforme demonstra a Tabela 66. Ressalta-se que 55,2%, correspondente a 95 IES, não apresentaram informações sobre este indicador.

TABELA 66 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO AO ACESSO A DADOS, INFORMAÇÕES E REGISTRO ACADÊMICO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	20	11,6
Não descreve, mas analisa (2)	17	9,9
Apenas descreve (3)	40	23,3
Sem informação (4)	95	55,2
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.9.2 Síntese da Dimensão 9

Nesta dimensão, 8,7% dos relatórios descreveram, avaliaram e analisaram os seis indicadores; 17,4% não forneceram informações; 15,1% não descreveram, mas analisaram; e 58,7% apenas descreveram. Esses dados permitem inferir que esta dimensão necessita de maior visibilidade nos relatórios de autoavaliação.

A Tabela 67 apresenta a distribuição por faixa dos relatórios analisados, destacando 76,1% do total entre as faixas 3 e 4, correspondentes a descrição ou a ausência de informação.

TABELA 67 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 9 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Categoria	nº	%
1	15	8,7
2	26	15,1
3	101	58,7
4	30	17,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Dos 8,7% dos relatórios que apresentaram a análise completa desta dimensão, 19,3% eram universidades, 4,9% centros universitários e 2,7% faculdades (Tabela 68).

Distribuídas por organização acadêmica, as IES apresentaram respostas a esta dimensão significativamente diferentes ($p = 0,000$). Foram as universidades que mais se concentraram na faixa 1 (11 IES, 19,3% com respostas adequadas à Dimensão 9), embora seu maior número de relatórios (25 ou 43,9%) concentre-se na faixa 3. No entanto, esse número relativo é significativamente menor se comparado à concentração de centros universitários (61%) e de faculdades (68,9%) também na faixa 3. De fato, as universidades penderam claramente para as faixas de 1 a 3, concentrando nelas 87,8% da sua frequência, enquanto que os centros universitários e as faculdades penderam para as faixas de 3 a 4, concentrando nelas, respectivamente, 78,1% e 90,5%.

TABELA 68 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 9, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 9 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	11	14	25	7	2,49
	%	19,3%	24,6%	43,9%	12,3%	
Centro universitário	n	2	7	25	7	2,90
	%	4,9%	17,1%	61,0%	17,1%	
Faculdade	n	2	5	51	16	3,09
	%	2,7%	6,8%	68,9%	21,6%	
Total	n	15	26	101	30	2,85
	%	8,7%	15,1%	58,7%	17,4%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,000$

A Tabela 69 indica que a distribuição das IES por categoria administrativa não suscitou respostas significativamente diferentes nesta dimensão ($p = 0,189$).

TABELA 69 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 9, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 9 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	3	3	10	2	2,61
	%	16,7%	16,7%	55,6%	11,1%	
IES privada	n	12	23	91	28	2,88
	%	7,8%	14,9%	59,1%	18,2%	
Total	n	15	26	101	30	2,85
	%	8,7%	15,1%	58,7%	17,4%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,189$

A análise dos relatórios quanto à Dimensão 9, distribuídos por regiões, indica comportamento semelhante entre elas, com a maior concentração na faixa 3. A Região Norte, embora também tenha maior escore na faixa 3, apresenta maior percentual na faixa 1. As Regiões Centro-Oeste e Nordeste não tiveram relatório com resposta completa (faixa 1) na Dimensão 9. As diferenças nas médias resultantes da análise dos relatórios foram estatisticamente significativas ($p = 0,000$).

TABELA 70 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 9 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	2	10	0	0	3	15
	6,7%	12,3%	0,0%	0,0%	30,0%	8,7%
2	6	16	1	1	2	26
	20,0%	19,8%	6,3%	2,9%	20,0%	15,1%
3	17	43	9	27	5	101
	56,7%	53,1%	56,3%	77,1%	50,0%	58,7%
4	5	12	6	7	0	30
	16,7%	14,8%	37,5%	20,0%	0,0%	17,4%
Média*	30	81	16	35	10	172

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,000$

2.2.10 Análise dos relatórios – Dimensão 10

A sustentabilidade financeira é analisada na Dimensão 10 e considerada nas Tabelas de números 71 a 78, apresentadas a seguir. Por sustentabilidade financeira entende-se o esforço institucional no sentido da sua manutenção, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. De acordo com o instrumento de avaliação institucional externa do Inep (2008), são três as referências para a avaliação nesse sentido: coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais, políticas de captação e alocação de recursos e políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. A intenção é a de analisar se a sustentabilidade financeira está coerente com a especificada no PDI da instituição; se existe adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, em termos de captação de recursos, e o orçamento previsto; se há compatibilidade entre os cursos oferecidos, as verbas e os recursos disponíveis; se existe controle entre as despesas efetivas e as despesas correntes de capital e de investimento.

A avaliação da sustentabilidade financeira das IES apresentada nos relatórios não permitiu o alcance do conhecimento da realidade. Como se pode verificar nas Tabelas 71, 72, 73, 74 e 75, apenas cerca de 10% dos relatórios trouxeram respostas consideradas completas à avaliação desta dimensão. Entre a descrição e a ausência de informação situaram-se cerca de 74% dos relatórios, o que pressupõe que a dimensão não foi avaliada por um grande número de IES.

O Núcleo Básico Comum para esta dimensão prevê como tópicos que devem integrar os processos de autoavaliação de todas as IES:

Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos; políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. (Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação, Conaes, 2004, p. 36).

2.2.10.1 Indicadores da Dimensão 10

Política orçamentária

Em 11% dos relatórios analisados, constata-se a avaliação das ações de sustentabilidade financeira desenvolvidas de forma coerente com o PDI, incluindo as políticas de captação e alocação de recursos. Também se verifica que 15,7% dos relatórios apresentam uma breve análise da sustentabilidade financeira sem detalhamento da ação e 33,7% descrevem essas ações, entretanto, não há avaliação da implementação. Destaca-se que 39,5% dos relatórios analisados não trazem informações, o que pode sugerir a necessidade de maior interface entre a gestão e a CPA.

TABELA 71 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	19	11,0
Não descreve, mas analisa (2)	27	15,7
Apenas descreve (3)	58	33,7
Sem informação (4)	68	39,5
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Aplicação de recursos financeiros em programas de ensino, pesquisa e extensão

Com relação às políticas de aquisição de equipamentos e de expansão ou conservação do espaço físico para a adequada implementação de programas de ensino, pesquisa e extensão, foi percebida a

avaliação adequada em 10,5% dos relatórios analisados, outros 12,2% trazem uma análise sem descrição pontual das ações desenvolvidas, 25% descrevem a aplicação de recursos em programas das IES e 52,3% não contemplam informações sobre o indicador, revelando a necessidade de evidenciar mais esforços no sentido de registrar e de analisar esse tipo de informação.

TABELA 72 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	18	10,5
Não descreve, mas analisa (2)	21	12,2
Apenas descreve (3)	43	25,0
Sem informação (4)	90	52,3
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Política salarial e de contratação de pessoal

As políticas de gestão de pessoas foram apresentadas da forma completa em 9,9% dos relatórios, e 7,6% registraram análises realizadas sobre a questão sem descrever as ações em desenvolvimento. Foi maior o percentual de relatórios (19,8%) que apenas descreveram o indicador sem realizar qualquer tipo de análise. Por fim, 62,8% não apresentaram informações sobre o indicador em tela.

TABELA 73 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À POLÍTICA SALARIAL E DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	17	9,9
Não descreve, mas analisa (2)	13	7,6
Apenas descreve (3)	34	19,8
Sem informação (4)	108	62,8
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Política de expansão das ações de ensino, pesquisa e extensão

A apresentação de análise completa da existência de ações de controle de investimentos realizados nas IES para a expansão das ações de ensino, pesquisa e extensão é identificada em 7,6% dos relatórios. Em 11,0% constata-se análises realizadas sem descrição da ação. Este indicador trouxe, ainda, um percentual de 81,4% de relatórios que descrevem ações, porém sem análise, e que não trazem nenhuma informação. Esses dados apontam para a necessidade da autoavaliação recuperar o registro de dados relativos a esse importante indicador.

TABELA 74 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS POR CATEGORIA QUANTO À POLÍTICA DE EXPANSÃO

Categoria (valor)	nº	%
Descreve, avalia e analisa (1)	13	7,6
Não descreve, mas analisa (2)	19	11,0
Apenas descreve (3)	31	18,0
Sem informação (4)	109	63,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

2.2.10.2 Síntese da Dimensão 10

Dos relatórios analisados nesta dimensão, 9,9% responderam de modo completo aos seus quatro indicadores; 29,7% não informaram; 11,0% descreveram ações, mas não analisaram; e 49,4% apenas descreveram os quatro indicadores da dimensão.

TABELA 75 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DA DIMENSÃO 10 AGRUPADOS POR FAIXAS DEFINIDAS NO QUADRO 2

Faixa	nº	%
1	17	9,9
2	19	11,0
3	85	49,4
4	51	29,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Dos 17 relatórios que fizeram análises completas desta dimensão, 58,8% eram de universidades, 23,5% de centros universitários e 17,6% de faculdades, institutos ou escolas superiores. Distribuídos por organização acadêmica, conforme Tabela 76, os relatórios apresentaram respostas a esta dimensão significativamente diferentes ($p = 0,018$). Foram as universidades que mais se concentraram na faixa 1 (10 IES, 17,5% com resposta adequada à Dimensão 10), embora seu maior número de relatórios (25 ou 43,9%) concentre-se na faixa 3 (mera descrição). No entanto, esse número relativo é significativamente menor se comparado à concentração de faculdades (59,5%) também na faixa 3. De fato, as universidades penderam claramente para as faixas de 3 a 4, concentrando nelas 72% da sua frequência, do mesmo modo que os centros universitários e as faculdades, concentrando, respectivamente, nessas faixas 68,3% e 90,6%.

TABELA 76 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 10, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Dimensão 10 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	10	6	25	16	2,82
	%	17,5%	10,5%	43,9%	28,1%	
Centro universitário	n	4	9	16	12	2,88
	%	9,8%	22,0%	39,0%	29,3%	
Faculdade	n	3	4	44	23	3,18
	%	4,1%	5,4%	59,5%	31,1%	
Total	n	17	19	85	51	2,99
	%	9,9%	11,0%	49,4%	29,7%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,056$

A Tabela 77 indica que a distribuição dos relatórios das IES por categoria administrativa não suscitou respostas significativamente diferentes nesta dimensão ($p = 0,185$).

TABELA 77 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS NA DIMENSÃO 10, AGRUPADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Dimensão 10 em faixas				Média*
		1	2	3	4	
IES pública	n	4	1	9	4	2,72
	%	22,2%	5,6%	50,0%	22,2%	
IES privada	n	13	18	76	47	3,02
	%	8,4%	11,7%	49,4%	30,5%	
Total	n	17	19	85	51	2,99
	%	9,9%	11,0%	49,4%	29,7%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,185$

A análise dos relatórios referentes à Dimensão 10 distribuídos por regiões, de acordo com a Tabela 78, indica comportamento semelhante entre elas, com a maior concentração das respostas na faixa 3. Ainda assim, a diferença nas médias foi estatisticamente significativa. A Região Norte, embora também tenha maior escore na faixa 3, apresenta maior percentual na faixa 1. A Região Nordeste não teve relatório com resposta completa (faixa 1) nesta dimensão.

TABELA 78 – DISTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO 10 POR REGIÕES E FAIXA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faixas	Região					Total
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
1	2	10	2	0	3	17
	6,7%	12,3%	12,5%	0,0%	30,0%	9,9%
2	2	13	2	1	1	19
	6,7%	16,0%	12,5%	2,9%	10,0%	11,0%
3	14	35	6	25	5	85
	46,7%	43,2%	37,5%	71,4%	50,0%	49,4%
4	12	23	6	9	1	51
	40,0%	28,4%	37,5%	25,7%	10,0%	29,7%
Média*	3,20	2,88	3,00	3,23	2,40	2,99

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,043$

ANÁLISE GERAL DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO



A organização da autoavaliação, bem como a elaboração do seu relatório, é de iniciativa e autonomia das IES. No entanto, além da natural diversidade de formatos dos relatórios, observaram-se diferenças substanciais no que se refere ao seu conteúdo. Verificou-se que um número expressivo de relatórios não contemplou as 10 dimensões avaliativas do Sinaes. O envolvimento da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação também aparece de forma pouco explícita e é possível identificar que em um número considerável de relatórios, embora haja registro de coleta e apresentação de dados, as análises indicam pouca consistência entre os resultados e o contexto da IES.

Considerando-se a categorização dos relatórios em faixas, conforme descrito no método de estudo (Quadro 2), observou-se que mais da metade dos relatórios analisados situaram-se nas faixas 3 e 4, ou seja, somente com a apresentação de gráficos e tabelas sem a devida análise e interpretação ou sem informações (Tabela 79).

TABELA 79 – DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO SEGUNDO A FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO

Faixa	nº	%
1	23	13,4
2	61	35,5
3	75	43,6
4	13	7,6
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Observa-se que há relação, com significância estatística ($p = 0,000$), entre a organização acadêmica e o tipo de relatório. Nas universidades são prevalentes as faixas 1 e 2, com 70,2%; nos centros universitários, embora a prevalência permaneça nas faixas 1 e 2, o percentual é de 53,7%; nas faculdades o percentual passa para 28,4% (Tabela 80). O percentual diminuído nas faculdades poderia estar relacionado ao fato de que nesta categoria a legislação faculta a existência de políticas de pós-graduação, pesquisa e extensão.

TABELA 80 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS DAS IES POR FAIXAS E MÉDIAS GERAIS, AGRUPADAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Faixa do relatório				Média*
		1	2	3	4	
Universidade	n	13	27	14	3	2,12
	%	22,8%	47,4%	24,6%	5,3%	
Centro universitário	n	5	17	14	5	2,46
	%	12,2%	41,5%	34,1%	12,2%	
Faculdade	n	3	18	46	7	2,77
	%	4,1%	24,3%	62,2%	9,5%	
Total	n	21	62	74	15	2,48
	%	12,2%	36,0%	43,0%	8,7%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,000$

Embora a proporção de IES públicas com relatórios nas faixas 1 e 2 seja maior, não houve significância estatística nessa diferença quando consideradas as duas categorias ($p = 0,084$), conforme demonstrado na Tabela 81.

TABELA 81 – DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS POR FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES

Categoria administrativa		Faixa do relatório				Média*
		1	2	3	4	
IES públicas	n	4	9	3	2	2,17
	%	22,2%	50,0%	16,7%	11,1%	
IES privadas	n	17	53	71	13	2,52
	%	11,0%	34,4%	46,1%	8,4%	
Total	n	21	62	74	15	2,48
	%	12,2%	36,0%	43,0%	8,7%	

Fonte: Inep, 2009.

* $p = 0,084$

Além da análise das 10 dimensões de avaliação já apresentada, os relatórios possibilitam a análise de outros elementos que contribuem para a percepção de organização, planejamento e consequências do processo de autoavaliação institucional.

Essas informações adicionais foram sistematizadas em cinco questões e em um conjunto de impressões gerais registradas durante a análise dos relatórios, conforme se apresenta a seguir.

3.1 Histórico de implantação da CPA

A Tabela 82 registra que a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi mencionada em cerca de 70% dos relatórios. Em alguns casos, os relatórios chegaram a citar a existência de comissões com a mesma finalidade, mesmo antes da obrigatoriedade estabelecida pela Lei do Sinaes (Brasil, 2004). Os 30% restantes, apesar de não mencionarem o histórico, registraram a existência da CPA.

Esses dados revelaram o reconhecimento e a importância da CPA na gestão acadêmica, conforme demonstrado na seção anterior.

TABELA 82 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE MENCIONAM O HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA CPA

	nº	%
Sim	121	70,3
Não	51	29,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Analisando esse item por organização acadêmica, conforme Tabela 83, verifica-se que as universidades foram as instituições que mais mencionaram o histórico de implantação das CPAs (89,5%), seguidas por centros universitários e por faculdades, com aproximadamente 60% cada.

TABELA 83 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE MENCIONAM O HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA CPA, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Histórico de implantação da CPA	
		sim	não
Universidade	n	51	6
	%	89,5%	10,5%
Centro universitário	n	25	16
	%	61,0%	39,0%
Faculdade	n	45	29
	%	60,8%	39,2%
Total	n	121	51
	%	70,3%	29,7%

Fonte: Inep, 2009.

Os relatórios de IES públicas fizeram mais menção ao histórico da CPA do que os das IES privadas (Tabela 84): são 94,4% de referências entre as públicas e 67,5% entre as privadas. Esses dados podem significar a relevância atribuída a essas comissões em cada uma das categorias administrativas citadas.

TABELA 84 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE MENCIONAM O HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA CPA, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Histórico de implantação da CPA	
		sim	não
IES públicas	n	17	1
	%	94,4	5,6
IES privadas	n	104	50
	%	67,5	32,5
Total	n	121	51
	%	70,3	29,7

Fonte: Inep, 2009.

3.2 Atendimento à legislação na composição da CPA

O art. 7º da Portaria nº 2.051/2004, em atendimento ao art. 11 da Lei do Sinaes, explicita os requisitos necessários à composição da CPA. Diante dessa orientação, registra-se que 15,1% dos relatórios não atenderam a esse dispositivo e 4,7% não informaram a composição da CPA, o que impede a verificação de atendimento à legislação (Tabela 85).

TABELA 85 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES CUJAS COMPOSIÇÕES DE CPA ATENDEM À LEGISLAÇÃO

	nº	%
Sim	138	80,2
Não	26	15,1
não informado	8	4,7
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Em termos de organização acadêmica, as universidades superam o índice nacional, no que se refere ao atendimento à legislação na composição da CPA (Tabela 86). Os centros universitários ficam abaixo da média, enquanto as faculdades, institutos ou escolas superiores se mantêm próximas à média nacional.

TABELA 86 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES CUJAS COMPOSIÇÕES DE CPA ATENDEM À LEGISLAÇÃO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Atendimento à legislação na composição da CPA		
		sim	não	não informado
Universidade	n	51	4	2
	%	89,5%	7,0%	3,5%
Centro universitário	n	30	9	2
	%	73,2%	22,0%	4,9%
Faculdade	n	57	13	4
	%	77,0%	17,6%	5,4%
Total	n	138	26	8
	%	80,2%	15,1%	4,7%

Fonte: Inep, 2009.

Nos relatórios de IES públicas, a composição da CPA atende à legislação em 88,9%, seguidas das instituições privadas, com 79,2% (Tabela 87). A maior parte atende ao requisito, entretanto, há 15,1% que não o observam.

TABELA 87 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES CUJAS COMPOSIÇÕES DE CPA ATENDEM À LEGISLAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Atendimento à legislação na composição da CPA		
		sim	não	não informado
IES pública	n	16	1	1
	%	88,9%	5,6%	5,6%
IES privada	n	122	25	7
	%	79,2%	16,2%	4,5%
Total	n	138	26	8
	%	80,2%	15,1%	4,7%

Fonte: Inep, 2009.

3.3 Sugestões de melhoria decorrentes da autoavaliação

A avaliação institucional objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Nesse contexto, a autoavaliação atinge sua função quando a CPA indica para a instituição seus pontos fortes e fracos e sugere modificações a partir das análises realizadas. As IES, por sua vez, utilizam os resultados do processo de autoavaliação para reforçar ações que estão atendendo às expectativas da comunidade e tendo efeito positivo no ensino, na pesquisa e na extensão e para imprimir modificações que visam a corrigir eventuais equívocos cometidos na gestão acadêmica, contribuindo com ela e estabelecendo relações de cooperação com a administração superior da IES.

Dos 172 relatórios analisados, 105 (61%) afirmam ter sugerido às IES ações de melhoria tendo como base os resultados de autoavaliação (Tabela 88), o que demonstra que, em geral, as CPAs não se restringiram a elaborar relatório de atividades da instituição, mas que igualmente estão preocupadas em fornecer subsídios decorrentes do processo por elas implementado.

TABELA 88 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE SUGEREM AÇÕES CORRETIVAS A PARTIR DA AUTOAVALIAÇÃO

	nº	%
Sim	105	61,0
Não	67	39,0
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Em termos de organização acadêmica, os relatórios de universidades superaram o índice nacional, com 70% trazendo sugestões de ações em decorrência da autoavaliação, percentual que diminui quando são analisados os relatórios de centros universitários (61%) e das faculdades (54%), cujos relatórios que citam ações de melhoria praticamente se igualam aos que não citam (Tabela 89). Esses dados demonstram que as CPAs podem aprimorar o trabalho por elas desenvolvido de modo que, a partir da análise coletiva, se elaborem sugestões de melhoria da qualidade da gestão e do ensino.

TABELA 89 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE CITARAM AÇÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Cita ações corretivas a partir da autoavaliação?	
		sim	não
Universidade	n	40	17
	%	70,2%	29,8%
Centro universitário	n	25	16
	%	61,0%	39,0%
Faculdade	n	40	34
	%	54,1%	45,9%
Total	n	105	67
	%	61,0%	39,0%

Fonte: Inep, 2009.

Quanto à categoria administrativa, praticamente não houve diferença entre os relatórios de IES públicas e privadas no que se refere à indicação de ações a serem realizadas em decorrência do resultado de autoavaliação. De acordo com os dados obtidos, os relatórios das públicas (66,7%) citaram com um pouco mais de frequência as ações de melhoria, conforme se observa na Tabela 90.

TABELA 90 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE CITARAM MUDANÇAS A PARTIR DA AUTOAVALIAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Cita mudanças a partir da autoavaliação?	
		sim	não
IES públicas	n	12	6
	%	66,7%	33,3%
IES privadas	n	93	61
	%	60,4%	39,6%
Total	n	105	67
	%	61,0%	39,0%

Fonte: Inep, 2009.

2 categorias: $p = 0,605$; 3 categorias: $p = 0,871$

3.4 Efetivação de mudanças a partir da autoavaliação

A autoavaliação se completa quando as ações de melhoria e de consolidação sugeridas pela CPA são implementadas pela instituição. Entretanto, apesar de a maioria dos relatórios indicarem mudanças na gestão a partir da autoavaliação, apenas 25,6% informaram a efetivação dessas ações de melhoria (Tabela 91). Esse dado demonstra que as IES podem se apropriar ainda mais dos resultados do trabalho desenvolvido no âmbito das suas CPAs e utilizar a autoavaliação como instrumento de mudanças nas políticas institucionais.

TABELA 91 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE INFORMARAM TER EFETIVADO AÇÕES CORRETIVAS A PARTIR DA AUTOAVALIAÇÃO

	nº	%
Sim	44	25,6
não/sem evidências	128	74,4
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Em termos de organização acadêmica (Tabela 92), os centros universitários foram os que mais efetivaram ações corretivas a partir da autoavaliação (34%), seguidos das universidades (26%) e das faculdades (20%).

TABELA 92 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE EFETIVARAM AÇÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Efetivou ações de melhoria a partir da autoavaliação?	
		sim	não/sem evidências
Universidade	n	15	42
	%	26,3%	73,7%
Centro universitário	n	14	27
	%	34,1%	65,9%
Faculdade	n	15	59
	%	20,3%	79,7%
Total	n	44	128
	%	25,6%	74,4%

Fonte: Inep, 2009.

Quanto à categoria administrativa, 83% dos relatórios das instituições públicas apontam a não efetivação de ações de melhoria da gestão institucional decorrentes da autoavaliação, tendência que se apresenta também em 73% das IES privadas. Esses dados reforçam informações anteriormente apresentadas e demonstram a necessidade de ampliar a utilização da autoavaliação como instrumento de melhoria da gestão acadêmica.

TABELA 93 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE IES QUE EFETIVARAM AÇÕES CORRETIVAS A PARTIR DA AUTOAVALIAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Categoria administrativa		Efetivou ações de melhoria a partir da autoavaliação	
		sim	não/sem evidências
IES públicas	n	3	15
	%	16,7%	83,3%
IES privadas	n	41	113
	%	26,6%	73,4%
Total	n	44	128
	%	25,6%	74,4%

Fonte: Inep, 2009.

3.5 Evidências de replanejamento

Uma das ações mais frequentes dos sujeitos que contribuem com informações durante o processo de avaliação é fazer os seguintes questionamentos: *Para que serve o resultado dessa avaliação? Vai ter algum efeito?* A falta de crença nas consequências do processo pode até se constituir em entrave para a obtenção e a sistematização de informações essenciais ao funcionamento da instituição.

Por essa razão, é fundamental que os resultados da avaliação sejam efetivamente utilizados para a revisão de processos, estabelecimento de políticas e orientação de prioridades para a solução de problemas identificados.

Da análise dos relatórios, percebe-se que cerca de 63% não evidenciam o uso dos resultados do processo de avaliação para replanejamento (Tabela 94).

TABELA 94 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE INDICAM O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O REPLANEJAMENTO

	nº	%
Sim	64	37,2
Não	108	62,8
Total	172	100,0

Fonte: Inep, 2009.

Analisando as evidências de replanejamento a partir dos resultados da avaliação institucional em comparação com a organização acadêmica das IES (Tabela 95), verifica-se que a metade das universidades indica o uso da avaliação com essa finalidade. Mesmo assim, esse índice ainda é superior ao dos centros universitários (cerca de 40%) e ao das faculdades, institutos e escolas superiores (cerca de 26%).

TABELA 95 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE INDICAM O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REPLANEJAMENTO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização acadêmica		Evidências de replanejamento	
		sim	não
Universidade	n	29	28
	%	50,9%	49,1%
Centro universitário	n	16	25
	%	39,0%	61,0%
Faculdade	n	19	55
	%	25,7%	74,3%
Total	n	64	108
	%	37,2%	62,8%

Fonte: Inep, 2009.

Ao se fazer a análise por categoria administrativa, verifica-se que as instituições públicas indicam o replanejamento baseado em avaliação com maior frequência do que as instituições privadas (Tabela 96).

TABELA 96 – NÚMERO (N) E PERCENTUAL (%) DE RELATÓRIOS QUE INDICAM O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REPLANEJAMENTO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

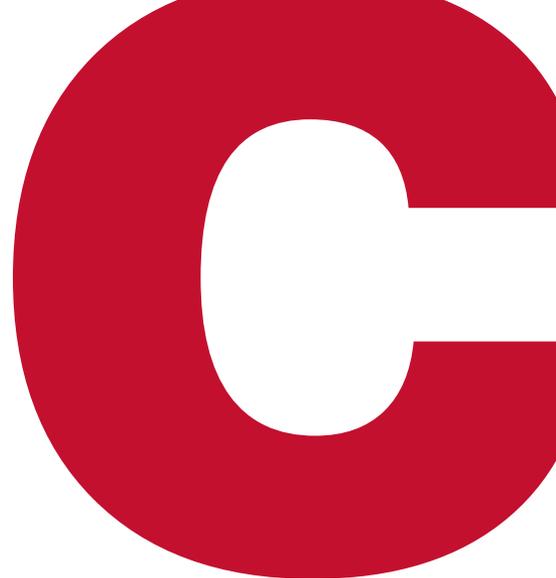
Categoria administrativa		Evidências de replanejamento	
		sim	não
Pública	n	11	7
	%	61,1%	38,9%
Privada	n	53	101
	%	34,4%	65,6%
Total	n	64	108
	%	37,2%	62,8%

Fonte: Inep, 2009.

Essas evidências sinalizam para a necessidade de melhor uso da avaliação como instrumento de gestão, tal como foi concebida pelo Sinaes:

As funções mais importantes da autoavaliação permanente são a de produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população. Em uma breve formulação: autoconhecimento para o aumento do engajamento profissional, para fundamentadas emissões de juízo de valor e articulação de ações de melhoramento, tanto das pessoas envolvidas quanto da instituição. Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, constituir-se como uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais. (Sinaes, 2009, p. 106).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A autoavaliação das IES pode ser tomada como um indicativo de avanço na consolidação de uma cultura de avaliação interna das instituições, sem dúvida uma etapa fundamental na perspectiva da qualificação da educação superior.

Do conjunto dos relatórios de autoavaliação analisados, é possível constatar que muitas IES procuraram atender e implementar mudanças efetivas em decorrência do processo avaliativo desencadeado pelas avaliações do Sinaes. Este resultado revela o aspecto positivo da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, instituída com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, tendo como finalidade, principalmente, a melhoria da qualidade da educação superior.

Nesse sentido, e mesmo tendo em conta que apenas 12,2% dos relatórios analisados foram considerados completos nas 10 dimensões definidas para a avaliação, os relatórios apresentam ainda, em sua maior parte ou na totalidade das dimensões, as potencialidades, fragilidades e sugestões de encaminhamentos, a comparação com avaliação anterior e os avanços obtidos.

A Dimensão 8 foi a que se apresentou completa em mais de 25% dos relatórios. As Dimensões 1, 4, 6, 9 e 10 tiveram mais de 40% dos relatórios na faixa 3, ou seja, apresentaram na totalidade ou na maior parte dos indicadores apenas gráficos e/ou tabelas, sem análise e/ou interpretação. As Dimensões 2, 3, 6 e 10 tiveram mais de 25% dos relatórios sem informações.

As universidades apresentaram maior percentual de relatórios completos, seguidas dos centros universitários e das faculdades. As diferenças entre esses relatórios foram estatisticamente significativas na maior parte das dimensões. Em geral, as IES públicas apresentaram relatórios mais completos, mas a categoria administrativa não foi determinante na qualidade na maior parte das dimensões.

Com a apresentação dos resultados do presente estudo, espera-se poder contribuir para o aperfeiçoamento do processo permanente de autoavaliação institucional e dos instrumentos utilizados para essa finalidade. A eficácia da autoavaliação da IES é imprescindível para seu desenvolvimento acadêmico e social e para o aprofundamento do compromisso e responsabilidade social por meio da valorização de sua missão pública, com base em valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

SEMINÁRIO DE COORDENADORES DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO



A realização dos seminários regionais para os coordenadores das CPAs foi uma iniciativa do Inep, por meio da Daes, e objetivou promover a aproximação entre as IES, a Daes/Inep e a Conaes, com o intuito de enfatizar a relevância do papel das CPAs para a implantação e a consolidação de uma cultura de avaliação do ensino superior.

Os eventos organizados pela Coordenação-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior e pela Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e IES foram efetivados em sete encontros regionais com a presença de 1.240 representantes de CPAs das IES de todo o País.

O primeiro encontro foi realizado em Brasília, no dia 04 de novembro de 2009, com a participação de representantes das CPAs das IES sediadas nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O segundo encontro também ocorreu em Brasília, no dia 05 de novembro de 2009, e contou com a participação de representantes das CPAs das IES sediadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O terceiro encontro foi realizado em Belo Horizonte, no dia 18 de novembro de 2009, e teve a participação dos representantes das CPAs das IES sediadas no Estado de Minas Gerais. O quarto encontro aconteceu em Brasília, no dia 19 de novembro de 2009, com a participação dos representantes das CPAs das IES sediadas no Estado de São Paulo e no Distrito Federal. O quinto encontro foi realizado em Florianópolis, no dia 24 de novembro de 2009, com a participação dos representantes das CPAs das IES sediadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O sexto

encontro ocorreu em João Pessoa, no dia 27 de novembro de 2009, com a participação dos representantes das CPAs das IES sediadas nos Estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. E, finalmente, o sétimo encontro aconteceu em Salvador, no dia 1º de dezembro de 2009, com a participação dos representantes das CPAs das instituições sediadas em Alagoas, Bahia, Piauí e Sergipe.

Na programação do evento, foi apresentada de forma preliminar a Análise dos Relatórios de Autoavaliação das IES, realizada pela Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria nº 202, de 10 de setembro de 2009. A apresentação do referido estudo nos seminários teve a intenção de agregar as informações e as experiências dos coordenadores das CPAs participantes e enriquecer o seu conteúdo, a partir dos resultados dos trabalhos em grupo, que, depois de sistematizado em forma de relatório, foi inserido como parte integrante do próprio estudo.

As discussões e os debates desenvolvidos nos seminários foram motivados e organizados em torno de dois grandes temas:

- 1) *A CPA e a implantação da cultura de avaliação institucional: a inserção institucional; o perfil dos integrantes; as facilidades e as fragilidades da atuação da CPA; a participação da comunidade externa.*
- 2) *A estrutura e as finalidades dos relatórios de autoavaliação institucional.*

De forma introdutória, o seminário apresentou as finalidades da autoavaliação definidas pela Conaes, que incluem: produzir conhecimentos sobre a realidade das IES; compreender os significados do conjunto das atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social; identificar as potencialidades e as fragilidades; aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; e prestar contas à sociedade.

A síntese das discussões e as propostas que emergiram dos grupos de trabalho foram consolidadas e são apresentadas a seguir na ordem dos temas. Dessa forma, as discussões sobre a implementação da cultura de autoavaliação nas IES foram permeadas por vários subtemas, dos quais se destacaram:

A autoavaliação tem se caracterizado mais como o cumprimento de uma obrigação legal ou como uma oportunidade de autoconhecimento e de melhoria para as IES? Muitas instituições ainda entendem a autoavaliação simplesmente como uma obrigação legal e a CPA como a instância responsável por cumprir com essa obrigação. Por isso, muitas comissões apontam a falta de compreensão do seu propósito dentro do universo institucional.

Foram caracterizados dois cenários distintos nos quais se estabelece a cultura da autoavaliação. O primeiro mais consolidado – com a participação efetiva da comunidade acadêmica no processo e a utilização do relatório de autoavaliação para a gestão da instituição. O segundo, o cenário de implantação da autoavaliação – no qual ainda não se sabe o papel da comissão, assim como dos outros atores envolvidos no processo.

A autoavaliação é reconhecida como um processo contínuo, em permanente aperfeiçoamento, para tanto, foi sugerido que a Daes/Inep estabeleça uma política de retroalimentação das CPAs, promovendo encontros periódicos com as comissões, inclusive de formação para aquelas que estão iniciando as suas atividades.

A formação das comissões é regulada por critérios diferentes. Há situações em que os integrantes normalmente são indicados pelos gestores e há exemplos em que acontecem eleições para a composição das CPAs. Entretanto, foi reforçada a necessidade do envolvimento de pessoas que se identifiquem e tenham interesse com a temática da avaliação.

A constituição das CPAs deve ser orientada no sentido de garantir o envolvimento institucional e o conhecimento da legislação da educação superior, da avaliação e de informática. Como obstáculos na composição das comissões, destacaram-se aspectos como: imposição (indicação) dos membros, trabalho não remunerado, ausência de incentivo e falta de cultura de avaliação.

Quanto ao perfil dos integrantes das CPAs, foram elencadas algumas características específicas para cada grupo de representantes. No caso da categoria docente, destacou-se a necessidade de experiência em gestão acadêmica, formação pedagógica e noções de estatística, além de afinidade com a temática da avaliação. Quanto à titulação docente, foi realçado que é importante, mas não determinante na escolha do representante. Em relação à representação discente, considerou-se importante que o estudante seja indicado por órgão colegiado da categoria. Quanto ao representante da comunidade externa, recomendou-se que seja alguém que reflita sobre os temas relacionados à educação e que tenha credibilidade na sociedade local para representá-la.

Quanto à representação da comunidade externa nas CPAs, foi revelada a fragilidade, sendo pouco efetiva e descontínua a participação, o que representa um desafio a ser superado pelas comissões. Entretanto, destacou-se que, quando a representação da comunidade externa se faz por meio de entidades sociais organizadas (associações, federações, entre outros), a participação é mais profícua. Foi ressaltado, ainda, que as comissões que são remuneradas tendem a apresentar maior nível de participação dos seus integrantes, assim como aquelas que possuem um tempo destinado especificamente para os trabalhos da autoavaliação.

Quanto às fragilidades encontradas pelas CPAs, foram destacadas como principais: compreensão da avaliação como punição; falta de esclarecimento da relevância e da finalidade da CPA; falta de participação efetiva de alguns segmentos representados (principalmente discentes e sociedade civil); aplicação de questionários e tabulação de dados sem resultado efetivo e sem retorno da autoavaliação para a comunidade acadêmica; falta de apoio da direção/gestão; falta de autonomia; descontinuidade dos trabalhos; falta de estrutura física e de apoio de recursos humanos e financeiros; e dificuldade em sensibilizar a comunidade acadêmica para participar do processo.

Quanto às facilidades, foram apontadas as seguintes: maior parte dos integrantes oriunda da própria instituição; obrigatoriedade da realização da autoavaliação; entendimento de alguns gestores de que os relatórios de autoavaliação são ferramentas gerenciais para a qualidade do ensino e as ferramentas da tecnologia da informação.

O segundo tema, que tratou da estrutura dos relatórios, teve como discussões os seguintes pontos:

A aceitação do modelo de relatório proposto pela Conaes como uma diretriz orientadora. É importante, contudo, que os relatórios absorvam as fragilidades anteriores como ponto de partida para que novas considerações sejam focadas na perspectiva da autoavaliação como estratégia de transformação e que não se limitem a

apenas reproduzir o modelo proposto. Eles devem representar o contexto institucional, retratando a situação real e as características regionais das IES, e funcionar como elemento de articulação entre o planejamento e a avaliação. Outras finalidades importantes atribuídas ao relatório de autoavaliação produzido pelas CPAs são a de registro da documentação e a de reorganização dos processos institucionais. Nesse sentido, os relatórios têm também uma função histórica/documental inquestionável para a educação superior brasileira.

Quanto à estrutura dos relatórios, a maioria dos grupos entende que as 10 dimensões sugeridas pela Conaes são suficientes e orientadoras para o processo de autoavaliação, entretanto, há divergências quanto à aplicação de alguns indicadores. Foi evidenciado que a finalidade do relatório fica, às vezes, comprometida pela falta de envolvimento das instâncias gestoras. Por essa razão, é necessário reafirmar o diálogo como estratégia para a superação dessas barreiras, deixando claro que “quem não avalia, não sabe onde errou” e que os relatórios devem estabelecer parâmetros mínimos de qualidade como referência para a própria instituição.

Outro ponto enfatizado foi a necessidade das informações dos relatórios serem relevantes e válidas, tanto as quantitativas quanto as qualitativas, e servirem aos vários atores envolvidos: gestores, comunidade acadêmica, órgãos de avaliação e regulação, entre outros.

Quanto às dificuldades operacionais, foi citado o problema gerado pelo espaço reduzido para a inserção do relatório no sistema eletrônico do MEC, com um número de caracteres limitado. Foi relatada também a dificuldade das IES novas em descrever todas as dimensões constantes do modelo de relatório sugerido pela Conaes.

Em resposta à pergunta tratada no segundo tema – *por que fazer autoavaliação?* –, a maioria dos grupos relatou o aspecto do cumprimento da obrigação legal que traz consigo a contribuição para a melhoria da qualidade da educação superior.

Foi enfatizada a importância da realização da autoavaliação como um processo que deve ser exercido de forma contínua. O que mudou depois do Sinaes foi o empoderamento do grupo que já fazia o processo anteriormente.

O relatório de autoavaliação da IES é um instrumento no qual a própria instituição se vê e se reconhece, garantindo a expressão de suas especificidades. A autoavaliação é importantíssima para a avaliação institucional, pois tanto a autoavaliação como o PDI têm a mesma força para subsidiar a avaliação externa.

A CPA deve ser vista como uma comissão que, além de produzir a autoavaliação, é a catalisadora das informações das avaliações de cursos de graduação e do Enade.

O cotejamento das informações do PDI, com os indicadores dos instrumentos de avaliação, as 10 dimensões propostas pela Conaes e as características próprias das instituições são muito importantes para o desenvolvimento da autoavaliação.

A necessidade de explicitar a periodicidade do envio dos relatórios ao Inep/MEC. Embora o art. 6º da Portaria 821/2009 estabeleça que as IES devem postar os relatórios de autoavaliação institucional no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano, a legislação não especifica se o relatório postado anualmente é final ou parcial, o que permite que a própria IES defina seu cronograma de avaliação.

Após as apresentações dos temas, foram citados alguns pontos que poderiam garantir que as sugestões dos grupos fossem colocadas em prática. Entre eles:

1. efetivo interesse e apoio do gestor por meio da sensibilização sistemática e regular e da normalização das CPAs;
2. implementação de subgrupos ou CPAs setoriais, principalmente para IES muito grandes e até mesmo com vários campi;
3. realização de diagnóstico que permita proposições de ações corretivas com metas factíveis;
4. acompanhamento e monitoramento das ações acadêmicas e de gestão que permitam alcançar as metas estipuladas;
5. retroalimentação das informações com o objetivo de aprimorar o ensino e a aprendizagem e fortalecer o PDI das IES;
6. divulgação dos resultados dos relatórios de autoavaliação, com formatos diferentes para atender a expectativa da comunidade acadêmica;
7. utilização dos resultados do Enade para discussão interna das IES;
8. realização pelo Inep de oficinas para a formação dos coordenadores de CPA, atividades de interação e propostas de editais para projetos e financiamentos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 202, de 10 de setembro de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, seção 2, n. 174, p. 19.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (Sinaes). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). *Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições*. Brasília, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2008*. Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. 2009.



INEP

Ministério da
Educação

